



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, nesta Vila de Coruche, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em sessão ordinária, cuja Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e pelo Segundo Secretário Ana Patrícia Caçador Palma (Partido Socialista).-----

----- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

----- Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Ana Teresa de Sousa David, Artur Fernando Salgado, Joaquim Gonçalves Banha, Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos e Mário Isidro das Neves Ribeiro (Partido Socialista). -----

----- Valter Peseiro Jerónimo, Fernando Aníbal Serafim, Sofia Isabel da Cunha Marques, Armando Rodrigues, Rui Miguel Friezas Aldeano e Ana Sofia Falamino Oliveira (Coligação Democrática Unitária).-----

----- Gonçalo de Alarcão Potier Brás Dias, Francisco Artur Gomes Gaspar e Vera Sofia dos Santos Faria (Partido Social Democrata). -----

----- Custódio Domingos Marques (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - Partido Socialista), José de Jesus Joaquim (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Partido Socialista), Ortelinda da Conceição Camões Graça (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitária), Valter Manuel Barroso (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista), Anacleto António de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista) e Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra - Partido Socialista).-----

----- Não estava presente o Deputado Municipal José Fernando Constantino Teles (Partido Socialista).-----

----- O Presidente da Assembleia deu conhecimento do seguinte pedido de substituição, de conformidade com os artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.-----

----- O Deputado Municipal José Fernando Constantino Teles fez-se substituir por Paulo de Oliveira Matias, membro a seguir na lista do Partido Socialista. -----

----- Verificado o quórum, com a presença de vinte e sete membros, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, com a seguinte **Ordem do Dia:** -----

----- **PONTO UM - EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI N.º 742/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE FAJARDA, NO CONCELHO DE CORUCHE, DISTRITO DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, O PROJETO DE LEI N.º 743/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE ERRA, NO CONCELHO DE CORUCHE, DISTRITO DE SANTARÉM), DA INICIATI-**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

VA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E O PROJETO DE LEI N.º 744/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE CORUCHE, NO CONCELHO DE CORUCHE, DISTRITO DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, A REMETER À COMISSÃO PARLAMENTAR DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL; -----

-----PONTO DOIS - PLANO DE GESTÃO E PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DOS AÇUDES DA AGOLADA E DO MONTE DA BARCA;-----

-----PONTO TRÊS - VI DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CORUCHE;-----

-----PONTO QUATRO - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA ÁREA DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS; -----

-----PONTO CINCO - REGULAMENTO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO NAS UNIVERSIDADES DE VERÃO;-----

-----PONTO SEIS - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015; -----

-----PONTO SETE - ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO RURAL DA CHARNECA RIBATEJANA;-----

-----PONTO OITO - ESCLARECIMENTOS POR PARTE DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE SOBRE AS OBRAS EM CURSO NO LARGO PORTO JOÃO FERREIRA E INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS OBRAS SIMILARES PROJETADAS PARA A VILA DE CORUCHE;-----

-----PONTO NOVE - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.-----

----- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Francisco Silvestre de Oliveira, e os Vereadores, Maria de Fátima Raimundo Galhardo, José Aníbal Ferreira Novais, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho, José Marcelino e Liliana Sofia Neves Ferreira dos Santos Pinto.

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:**- O Presidente da Assembleia colocou à apreciação a ata da sessão ordinária de 28 de novembro de 2014. -----

----- Não havendo qualquer alteração à ata por parte dos Deputados Municipais, o Presidente da Assembleia colocou a mesma à votação. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (dezassete do PS, sete da CDU e uma do PSD - Deputado Municipal Gonçalo Dias) e duas abstenções do PSD (Deputado Municipal Francisco Gaspar e Vera Faria), aprovar a presente ata.-----

----- O Presidente da Assembleia referiu: À semelhança do que já foi feito na sessão anterior, os Senhores Deputados inscrevessem primeiro para situações que são para ser votadas e só depois passamos a outro tipo de assuntos. -----

----- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: A minha questão prende-se com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

aquilo que eu classifico de alguma ausência de rigor e de transparência que deve haver ao nível da gestão da coisa pública. Sobretudo nos dias que correm é cada vez mais importante, enquanto membros deste órgão, que é a Assembleia Municipal, discutirmos aquilo que é a atividade da Câmara Municipal.-----

----- A questão que quero levantar tem a ver com a atribuição de um subsídio à Búzios, no passado dia 19 de novembro. A Câmara continua a considerar a Búzios, mas eu tenho muitas dúvidas, como uma associação que se insere no quadro do movimento associativo do concelho e, como tal, ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Associativismo Local, tem atribuído um subsídio anualmente.-----

----- Trata-se de uma Associação de Nadadores Salvadores, mas com características muito específicas e com natureza empresarial. Como todos sabemos, é uma associação que se desenvolveu e cresceu bastante, a qual presta, ou prestou, serviços em diversos locais no nosso distrito, nomeadamente no Parque Aquático de Santarém e nas Piscinas de Tomar, Almeirim e Coruche. Tem uma atividade muito grande e também um conjunto de colaboradores, para não dizer de empregados, a quem paga naturalmente e, portanto, é uma associação que eu tenho dúvidas que tenha cabimento na atribuição de um subsídio como se o mesmo fosse atribuído a uma outra qualquer associação.-----

----- Acho que esta é uma questão que é séria, que é pertinente e que não pode ser a prática da Câmara, sobretudo porque não foi transparente. Passo a relatar o seguinte:-----

----- No dia 19 de novembro a Câmara aprovou a atribuição de um subsídio à Búzios, no valor de 11.118,80 €.-----

----- No dia 17 de dezembro, sensivelmente um mês depois, é presente à reunião de Câmara, um plano de pagamento de dívidas da Búzios à Câmara Municipal, ou seja, a Búzios propõe que seja aprovado um plano de pagamento de dívidas das rendas da Escola de Natação, no valor de 9.991,51 €.-----

----- Isto é, quando é aprovado aquele subsídio de 11.000 €, já era do conhecimento da Câmara que havia uma dívida das rendas da Escola de Natação na ordem dos 10.000 €, no entanto, não é presente à reunião da Câmara informação sobre essa dívida. Ora bem, há aqui qualquer coisa que não bate certo.-----

----- O Regulamento de Apoio ao Associativismo Local, no artigo 16.º, diz que os subsídios só podem ser concedidos às associações desde que cumpram um conjunto de condições, nomeadamente não ter dívidas à Segurança Social nem às Finanças. É claro que não está aqui a dizer que não pode haver dívidas à Câmara Municipal, porque é suposto as associações não terem dívidas para com a Câmara Municipal.-----

----- Acho que há aqui uma matéria que tem de ser ponderada. Não pode continuar a ser assim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

digamos, com esta ligeireza neste tipo de coisas. Não pode ser nestes termos.-----

----- Sei quais são os esclarecimentos que vão ser dados, são os mesmos que foram dados na reunião de Câmara. -----

----- Penso que se trata de matérias muito complexas e que, provavelmente, no limite, levaria a que os elementos da Câmara que votaram a favor tivessem de repor o valor do subsídio que foi atribuído. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Começámos a sessão da Assembleia Municipal com uma questão de fiscalização. Também as minhas questões têm a ver com a fiscalização do executivo municipal. -----

----- A primeira tem a ver com o que está previsto na Lei n.º 75/2013, no que se refere às competências da Câmara Municipal - artigo 33.º, n.º 1, c) “Elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões.”. -----

----- Relativamente ao ano de 2014, estive a consultar o número de Revisões tanto do Orçamento como do Plano que foram aprovadas em reunião de Câmara e as que foram aprovadas em sessão da Assembleia Municipal, tais como:-----

----- Em reunião de Câmara foram aprovadas nove Alterações ao Orçamento e dez Alterações ao Plano. Isto só se pode chamar navegar à vista ou navegar ao sabor do vento. -----

----- Consultando as deliberações da Assembleia Municipal, aprovámos a I Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento na sessão de 30 de abril; na sessão de 27 de junho a V Alteração às Grandes Opções do Plano; na sessão de 12 setembro a VIII Alteração às Grandes Opções do Plano e a retificação da VIII Alteração às Grandes Opções do Plano; na sessão de 29 de novembro a X Alteração às Grandes Opções do Plano e a VIII Alteração ao Orçamento. -----

----- A minha questão é muito simples. Houve deliberação do executivo municipal a anular as outras alterações que aqui não vieram ou elas foram implementadas mesmo sem terem sido presentes e aprovadas por esta Assembleia Municipal, como está previsto na lei relativamente às competências da Câmara Municipal e também da própria Assembleia Municipal, que tem competências exclusivas, enquanto órgão deliberativo, de aprovar tanto as alterações ao Plano como ao Orçamento?-----

----- Mantendo-me neste campo da fiscalização do exercício da atividade do executivo municipal, tenho duas questões relativamente à reunião da passada quarta-feira, dia 25 de fevereiro: --

----- A primeira, tem a ver com a substituição do Presidente da Câmara que foi discutida no início dessa reunião. Se o Senhor Presidente da Câmara delegou as suas competências ou se, de alguma forma, tinha suspenso o mandato. -----

----- Se a maioria neste momento pensa que tem não os quatro Vereadores eleitos mas cinco,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

pois tem o Senhor Presidente em funções e coloca mais um Vereador em funções. Gostava de lhe colocar esta questão porque enquanto órgão fiscalizador parece-nos importante perceber até que ponto é que foi tomada essa decisão, primeiro avançou e depois recuou. Felizmente que recuou com a mesma.-----

----- Depois, ainda dentro da mesma temática, o Estatuto dos Eleitos Locais diz o seguinte: Desempenho da função - artigo 4.º, n.º 2, alínea d) - “Não intervir em processo administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado, nem participar na apresentação, discussão ou votação de assunto em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum.” -----

----- Porquê eu ler esta parte da lei, perguntarão os senhores Deputados. Se um eleito local que ao mesmo tempo desempenhe funções num órgão de uma instituição, deve participar quando se discute e vota a atribuição de um subsídio a essa instituição? Qual é o entendimento do Senhor Presidente? Se os Vereadores estão ou não estão impedidos de participar em votações que dizem diretamente respeito às instituições nas quais são dirigentes, seja qual for o órgão dessas instituições? -----

----- Por fim, como o Senhor Presidente da Câmara é um adepto dos rankings, e como eu prometi que iria tentar trazer aqui mais um ranking, passo a referir que, em relação aos impostos, infelizmente, mais uma vez, ficamos aqui mal nos rankings. Se olharmos ao IMI, somos o 170.º município com as taxas mais elevadas, isto é, existem cerca de 170 municípios que têm taxas de IMI iguais ou inferiores à nossa. Mais um ranking onde para toda a população, para aqueles que gostam de viver em Coruche, ficamos mal, infelizmente, apesar dos apelos que várias vezes fizemos ao Senhor Presidente da Câmara sobre este assunto. Talvez seja mais um daqueles rankings, como o da transparência dos municípios e como o dos municípios familiarmente responsáveis, que o Senhor Presidente da Câmara considera que não é relevante.-----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Perante as questões que foram levantadas pelos Deputados Armando Rodrigues e Francisco Gaspar dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de abordar estas questões e esclarecer as mesmas.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Como é a primeira Assembleia Municipal do ano quero desejar a todos vós e às vossas famílias um bom ano de 2015. -----

----- Relativamente à questão da Búzios, a mesma já foi suficientemente debatida nas reuniões da Câmara Municipal, ainda que eventualmente tivessem ficado algumas dúvidas.-----

----- Estamos a falar de uma associação do nosso concelho com provas dadas por tudo aquilo que faz em prol do desporto e das atividades desportivas, quer ligadas à natação, quer ligadas à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

canoagem e também ligadas à área da formação. Acima de tudo, e como disse o Deputado Armando Rodrigues, é uma associação e é com esse estatuto de associação que concorre à atribuição de um subsídio para fazer face àquilo que é o seu plano de atividades.-----

----- De acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo Local, as associações e coletividades do nosso concelho apresentam anualmente o seu plano de atividades para o ano económico seguinte. A Búzios concorre à semelhança de todas as coletividades do nosso concelho. -

----- O que me parece, e em termos daquilo que vem na comunicação social, é que esta associação tem feito um trabalho meritório naquilo que tem a ver com a formação de atletas do concelho e fora do concelho. É uma associação que está sediada no nosso concelho e que tem todo este trabalho desenvolvido. A Búzios não nasceu hoje, não nasceu há um ano e meio atrás, como todos sabemos está em atividade há bastantes anos no concelho.-----

----- A questão que se levantou aqui é pertinente. Permitam-me que diga, com toda a frontalidade, que a mesma tem a ver com o facto de ter sido atribuído um subsídio à Búzios, tendo a Búzios uma dívida para com a Câmara Municipal referente à utilização das Piscinas Municipais.----

----- De acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo Local, não existe nenhuma incompatibilidade, ou seja, não muda a figura do ato o facto de estarmos a aprovar antes a atribuição do subsídio e depois a aprovar a aceitação do plano de pagamentos. Aquilo que a Búzios nos vem propor é que se estabeleça um plano de pagamentos para a regularização da dívida que tem para com a Câmara. A Câmara aceita a intenção da Búzios como aceitaria a intenção de outra associação ou coletividade, como aceita as sugestões para regularização das dívidas por parte de rendeiros de habitação social ou de lojistas do Mercado Municipal. -----

----- Se este plano de pagamentos proposto pela Búzios fosse apresentado antes desta deliberação de atribuição do subsídio, parece-me que não mudaria nada, ficávamos a saber que a Búzios tinha esta dívida para com o Município. O que houve aqui foi a atribuição do subsídio e depois veio então para conhecimento da Câmara esta proposta da Búzios para pagamento da dívida.

----- Foi aqui proposto, mas não me parece que a Câmara Municipal deva ser liquidatária das nossas associações e coletividades. Aliás, acho isso um pouco estranho, ainda mais vindo de quem vem e da força política que vem.-----

----- Aquilo que temos feito ao longo do tempo é ajudar as coletividades do nosso concelho, sejam elas de qualquer área, para que resolvem os seus problemas financeiros e para que continuem as suas práticas desportivas e associativas. -----

----- Em relação a algumas dessas associações, coletividades ou clubes, contribuímos para este processo de regularização das suas dívidas e hoje têm dado provas que essa aposta e essa aplicação foi, de facto, uma boa iniciativa deste Município. Nunca devemos ser os liquidatários destas associações, clubes ou outros, antes pelo contrário, devemos-nos preocupar com a ajuda à sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

subsistência ou com a ajuda para a regularização daquilo que foram as suas necessidades. É este o meu princípio, seja à Búzios, seja ao BTT, sejam outras coletividades.-----

----- Obviamente que se quisermos criamos aqui um facto político. É verdade, percebo isso, mas não me parece que haja razão para criarmos aqui um facto político, porque toda a gente conhece o trabalho que é feito pela Búzios. -----

----- A lei do Orçamento do Estado é que estabelece que os municípios, as entidades públicas, não podem participar associações privadas, inclusive contratar empreitadas a empresas ou entidades que têm dívidas à Segurança Social e ao fisco, portanto, cumprimos essa premissa.-----

----- Podíamos falar muito mais, mas o assunto resume-se a isto. Se quisermos falar mais sobre o assunto com certeza que conseguiremos ser criativos o suficiente para encontrar aqui algumas situações que nos levem a voltar a essa conversa. -----

----- Depois, quanto à questão que foi colocada pelo Deputado Francisco Gaspar, relativamente às dez alterações que foram feitas, e que é uma espécie de navegação à vista, então, meu caro Deputado eu dir-lhe-ia que o seu Governo, logo a seguir à aprovação do Orçamento do Estado, fez uma navegação à vista, não conseguiu prever aquilo que são as necessidades para este país. --

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Foram três o ano passado. Três não são dez e não gere 11 milhões de euros. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Não me interrompa que eu não o interrompi. Seja educado se faz favor. Deixe-se estar no seu lugar. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Ainda não me levantei daqui.-----

----- O Presidente da Câmara referiu ainda: Quem tem a noção do que é a gestão de uma entidade perceberá facilmente que é preciso fazer correções e é preciso fazer alterações. Você não sabe. Você não tem de gerir nada. Há situações em que é preciso fazermos alterações, quer naquilo que é o reforço das rubricas, quer alterações de cabimentação para outras rubricas que eventualmente não têm o cabimento necessário e, em determinado momento, há condições para fazer a ação.-----

----- Vou dar um exemplo muito claro sobre o que se passou na última alteração. -----

----- Já lhe vou explicar quais as alterações que têm de vir à Assembleia Municipal e quais são as que não têm de vir à Assembleia Municipal. Nem todas as alterações em que nós estivemos a fazer ajustes nas rubricas ou reforço nas rubricas para cabimento, isto é, não há alterações relativamente à deslocalização ou reforço de outras rubricas, há apenas reforço de rubricas face a outras rubricas. Há alterações orçamentais que não carecem de vir a este órgão, à Assembleia Municipal. -----

----- É o que eu lhe estou a dizer, é o que está na lei que está aqui à minha frente. -----

----- Quanto à última alteração que fizemos, e que eu tenho mais presente, foi para fazer um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

reforço por forma a termos verba disponível de 50 mil euros para o PEPAL, porque o Governo de Portugal lembrou-se de lançar as candidaturas sem avisar quantas é que poderiam ser admitidas. O Município de Coruche apresentou 18 candidaturas ao PEPAL, para jovens licenciados poderem estagiar na Câmara, à semelhança de um projeto que tinha tido anteriormente com 15 jovens. -----

----- Acontece que o Governo de Portugal, que é governado pelo PSD e pelo CDS, entendeu, que só tinha disponibilidade para financiar 1.500 estágios, significa que das 18 candidaturas que nos candidatamos temos direito a sete, o que significa que não tínhamos verba disponível para suportar este encargo enquanto não vier a transferência do Instituto do Emprego e Formação Profissional, portanto, tivemos que reforçar esta rubrica em 50 mil euros.-----

----- Outro exemplo que lhe dou Senhor Deputado, e que tenho muito presente. Tínhamos a verba candidatada para o arranjo urbanístico nos Montinhos dos Pegos - E.N. 251/Rua das Flores, pelo valor total da obra, de 275 mil euros. Entretanto, este projeto carece de aprovação de entidades externas ao Município, como a Estradas de Portugal e a EDP, logo vai demorar mais algum tempo. E quanto à ampliação do refeitório da EB 2/3, o projetista apresentou o projeto para lançarmos o concurso, sendo importante fazer esta obra durante o período de interrupção escolar. Em termos académicos, pode-se fazer sempre tudo, na prática não conseguimos fazer a ampliação do refeitório com as aulas a decorrer e onde almoçam 600 alunos. A intenção é fazermos esta obra no período de interrupção escolar para que não cause transtorno. Assim, fomos desca-bimentar a obra dos Montinhos dos Pegos e cabimentar a obra de ampliação do refeitório da EB 2/3. -----

----- São estes ajustes, estas 10 ou 12 alterações que o Senhor Deputado diz que nós fizemos o ano passado.-----

----- É com estes dados que temos que jogar. Alguns têm a ver com a necessidade de cabimentarmos, reforçarmos, alterar situações para resolver o imediato, situações que não estão previstas ou não têm previsão suficiente. Outras, porque sai entretanto legislação que nos abriga a fazer determinadas coisas.-----

----- É esta a resposta relativamente às questões que o Senhor Deputado colocou.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: O Senhor Presidente da Câmara não respondeu às minhas questões. Eu também tenho aqui a lei. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: O Senhor diz que tem a lei, mas, provavelmente, não sabe ler. Diz o artigo 33.º, n.º 1, c) “Elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões.”-----

----- Mas as alterações não, ou seja, as alterações não têm de ser submetidas. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar questionou: Qual é o artigo e a alínea? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- O Presidente da Câmara afirmou: É o mesmo artigo e a alínea d) “Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações.”. Isto é competência da Câmara Municipal. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Eu sei, tenho aqui a lei à minha frente. Onde é que diz que há exceções? -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Não estou a dizer que há exceções. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Por isso é que eu fiz a pergunta. Não está aqui escrito que há exceções. Onde é que isso está na lei?-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Eu estou a dizer-lhe é que é competência da Câmara Municipal executar as alterações.-----

----- Quanto à situação que se passou na reunião de Câmara, no dia 25 de fevereiro, o Presidente da Câmara, como é sabido, representa o Município no Município e fora do Município. Neste preciso dia o Presidente da Câmara estava no Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, pelo que não podia estar presente na Câmara e a Vice-Presidente coordenou os trabalhos da reunião de Câmara. -----

----- Existia a dúvida, até porque a lei foi alterada, não há jurisprudência sobre a matéria e existem várias opiniões sobre a mesma. -----

----- Não se esteja a rir. Ninguém sabe tudo. O Senhor está aqui numa de, enfim, doutrinista da sabedoria. Mas se olharmos para o nosso Governo de Portugal, teve quantos diplomas chumbados pelo Tribunal Constitucional? Quantos diplomas é que não foram promulgados pelo Senhor Presidente da República? -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: O Senhor Presidente para não responder à minha pergunta fala sobre o Governo. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Ainda não acabei. O Senhor só quer ouvir o que lhe dá jeito, não quer ouvir o que não lhe convém. -----

----- Eu não vim para aqui fazer “fait-divers” políticos. Estou-lhe a explicar. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Então vamos discutir o Governo. -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Não vamos discutir o Governo. Vou discutir é que a regra do bom senso determina que quando se desconhece uma situação que nos debrucemos sobre ela e que a mesma se resolva.-----

----- Isto foi o que aconteceu na Câmara Municipal e quem levantou a questão foi o Senhor Vereador da CDU e que me parece acertada. O facto do Presidente da Câmara estar a representar o Município, ou seja, de não estar impedido, nem por via de doença, nem por via de férias, não significa que possa ser substituído. Até aqui a prática da lei não permitia a substituição, é preciso que nós saibamos isto, agora com a alteração da lei os Senhores Vereadores do executivo podem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

ser substituídos. Esta prática tem sido corrente quer por parte da CDU, quer por parte do PSD, por impedimentos pessoais, profissionais ou de outra ordem. Mas com o Presidente da Câmara é diferente. O Presidente da Câmara estando em representação do Município não pode ser substituído. O Presidente da Câmara só pode ser substituído se efetivamente estiver impedido de exercer a sua atividade. Portanto, foi essa a questão que foi levantada pelo Senhor Vereador José Marcelino, a qual foi aclarada e a reunião de Câmara prosseguiu sem que o Vereador tivesse entrado ou na circunstância a Vereadora. Qual é que é o problema? Onde é que está o problema? Qual é que é a dificuldade? Não percebo qual é que é a dificuldade. Sinceramente não percebo.-----

----- Devo-lhe dizer, com toda a humildade, que faz todo o sentido, ou seja, olhando para a razão lógica das coisas, claramente que não há impedimento e que o Presidente está em representação da Câmara Municipal. Obviamente que isso podia levar a que em última instância em vez de termos 7 membros, tínhamos 10, 12 ou 14. É um entendimento lógico sobre esta matéria. -----

----- Quanto à última questão, não sei diretamente a que se estava a referir. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Em relação à reunião de quarta-feira, sobre a atribuição do subsídio à Comissão de Festas, eu perguntei ao Senhor Presidente, de uma forma muito clara, qual é a interpretação que faz sobre este artigo, relativamente aos Vereadores que ocupam lugares em associações e que votam documentos nas associações e depois, na Câmara, também participam em votações para a atribuição de um subsídio para essas mesmas instituições. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: O entendimento é muito claro, é o mesmo que se passa quando os Vereadores têm familiares que pertencem a associações e coletividades e que votam assuntos das mesmas. É muito igual.-----

----- Na circunstância já sei a que é que se está a referir. Segundo sei, a Vereadora em causa absteve-se na participação. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Mas participou na votação. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Deixe-me lá chegar. Tenha calma. Está muito excitado hoje. -----

----- Existindo essa dúvida, temos que aclarar as questões.-----

----- A não participação do Vereador ou a abstenção, na prática, é a mesma coisa, mas na teoria não é. Portanto, levará a que, eventualmente, o assunto se não tiver coberto pela legalidade seja anulado e que na próxima reunião de Câmara seja novamente votado. É tão simples quanto isto Senhor Deputado. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: É só essa a pergunta. Qual é o seu entendimento? -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Está esclarecida a questão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9 SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Deixe-me dizer-lhe que estas matérias levam ao extremo qualquer um de nós. Sendo sócio de uma coletividade ou associação, não poder participar e votar qualquer atribuição de subsídio à mesma coletividade. Todos os Vereadores, com toda a certeza, que são sócios do Coruchense, do Encostatamim ou do Águias do Sorraia. -----

----- É mais uma vez a regra do bom senso e da razoabilidade. -----

----- Se tivermos de anular o ato, a atribuição do subsídio à entidade respetiva demora mais 15 dias, uma entidade que já está aflita e com a corda na garganta para receber o subsídio. Na prática é isto Senhor Deputado. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues salientou: Eu não fiz nenhum juízo de valor acerca dos méritos ou deméritos da associação e da atividade que desenvolve. Conheço-a perfeitamente, a mesma foi criada em 2001, no tempo ainda que a CDU era maioria e com o apoio da CDU. O que eu coloquei foi uma outra questão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara não pode fazer um jogo de palavras. Vou repetir que, em 19 de novembro, a Câmara aprova um subsídio e nessa altura a Búzios já tinha uma dívida desde maio (há seis meses atrás) a qual foi omitida na reunião de Câmara, ou seja, foi presente uma proposta para atribuição de um subsídio, omitindo que a entidade que iria usufruir desse subsídio tinha uma dívida para com a Câmara Municipal de cerca de 10 mil euros. -----

----- Manda a transparência e manda o rigor (que os senhores dizem que têm) que tivesse havido essa informação e a Câmara deliberaria mesmo com essa dívida. -----

----- Em dezembro, um mês depois, a Câmara aprova um plano de pagamentos em relação ao atraso do pagamento das rendas. Mas o mais surpreendente é a justificação para apresentar esse plano de pagamentos, sendo devido ao não pagamento por parte das outras entidades para quem a Búzios trabalha fora do concelho. -----

----- Eu mantenho que a Búzios não é uma associação como foi dito que era, como outra qualquer. Não o é, tem uma natureza empresarial. Insisto nisto e sublinho que tem de ser vista também a essa luz, tanto que na proposta diz que as dificuldades financeiras são devidas ao atraso nos recebimentos dos valores dos serviços prestados a outras entidades. -----

----- Sabemos que as outras coletividades ou associações do concelho não prestam serviços, não trabalham para outras entidades. -----

----- O que eu quis colocar foi que tem de haver transparência e rigor e o tal bom senso que o Senhor Presidente da Câmara disse em relação à atribuição dos subsídios e também relativamente à gestão da coisa pública. Esta é que é a questão. Este é um caso concreto, mas eu podia aqui enumerar outras situações em que há ainda coisas muito nebulosas e muito pouco transparentes e que vêm de mandatos anteriores. -----

----- Só estava a chamar a atenção para que não pode ser assim. Acho que há, por vezes, al-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

guma ligeireza, algum desconhecimento relativamente a certas formalidades que têm de ser observadas e que muitas vezes não o são. De facto, a última reunião de Câmara é bem o exemplo da ligeireza e de alguma, eu diria, incompetência/negligência política na forma como se tratam as questões que são muito sérias. Trata-se de um órgão, a Câmara Municipal e, portanto, há formalidades que têm de ser observadas por muito simples que elas pareçam. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara não tem nada de especial em relação aos outros eleitos. A lei diz o seguinte: “Os membros dos órgãos das autarquias locais podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias.” É para todos os eleitos, para o Presidente da Câmara, para os Vereadores, para os membros da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia. -----

----- Aquilo que aconteceu é a tal ligeireza e desconhecimento que eu falo.-----

----- Estando o Presidente da Câmara ausente, desde já tem de apresentar uma comunicação formal e depois o membro a seguir toma posse. O Senhor Presidente da Câmara tinha de comunicar ao órgão, não é na hora que um Vereador diz que o Presidente da Câmara está ausente e que está presente um Vereador para o substituir.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu: Ó Senhor Deputado Armando Rodrigues vamos lá ver se nos entendemos. Eu costumo ser sério nestas coisas. Foi feita a comunicação e a Senhora Vice-Presidente leu a comunicação do impedimento e a convocatória. -----

----- Volto a repetir que a substituição não estava correta, não era legítima na circunstância. Está a perceber? Foi isso que foi entendido e depois do esclarecimento a reunião prosseguiu. Não vale a pena estarmos a inventar e a criar aqui alarmismos sobre essa circunstância. Isto deriva da alteração da lei. Eu não sei tudo, mas tenho a humildade de dizer que não sei tudo. O Senhor saberá tudo. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: A lei já existe há vários anos e este artigo não foi alterado. -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Relativamente à questão da Búzios, as decisões tomam-se quando há conhecimento delas e só quando se tem conhecimento das situações se pode atuar. O Presidente da Câmara não anda à procura das situações todos os dias, nem os Vereadores. Só sabem quando lhe é comunicado.-----

----- Obviamente que eu tive a frontalidade de dizer na Câmara que seria muito mais confortável que essa situação tivesse vindo a anteceder. Qual é que é a dificuldade em aceitar isto? Qual é que é a dificuldade de dizer isto? Nenhuma. Não tenho absolutamente dificuldade nenhuma em dizer isto. Aliás, tive a hombridade de o dizer na reunião de Câmara. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO UM - EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI N.º 742/XII**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

(CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE FAJARDA, NO CONCELHO DE CORUCHE, DISTRITO DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, O PROJETO DE LEI N.º 743/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE ERRA, NO CONCELHO DE CORUCHE, DISTRITO DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E O PROJETO DE LEI N.º 744/XII (CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE CORUCHE, NO CONCELHO DE CORUCHE, DISTRITO DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, A REMETER À COMISSÃO PARLAMENTAR DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL:- Foi presente o ofício n.º 20, de 27 de janeiro de 2015, da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, solicitando a emissão de parecer sobre os Projetos de Lei em epígrafe, os quais ficam a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Temos um parecer para votar e depois terá de ser enviada a ata da votação, conforme nos foi solicitado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local. Esta situação é para ser votada, contudo, quem quiser falar sobre o assunto pode inscrever-se. -----

----- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Temos uma proposta do PCP sobre a criação das freguesias e devemos votar um parecer, espero eu, favoravelmente, até porque será coerente com tudo o que se passou em Coruche antes das eleições de 2013, onde todos os Deputados desta sala e outros elementos da Câmara Municipal deram a cara publicamente e disseram que eram contra a extinção das freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, por todos os motivos e mais alguns políticos, mas também por questões de ordenamento. -----

----- Sei que é fácil cair em tentações, é fácil cair na demagogia que há um ano atrás nós conseguimos largamente comprovar que era demagogia. -----

----- As freguesias nunca foram o problema da crise económica nem social do país. Pelo contrário, era um dos instrumentos que levava à menorização das dificuldades que o país atravessa. -

----- Como tal, as freguesias fazem falta e hoje, passado um ano, com certeza que as populações de Coruche, Fajarda e Erra não estão melhor servidas com a extinção das três freguesias. ---

----- Em primeiro lugar, porque se está a liquidar lentamente a identidade e a cultura do povo daquelas freguesias. -----

----- Em segundo lugar, basta olhar para a área geográfica que esta nova super freguesia tem. É completamente irreal pensar que existe proximidade às populações. -----

----- Faço aqui quase como que um apelo, que metamos todos as mãos na consciência e que pensamos o que defendemos há um ano atrás, junto ao Mercado Municipal e no Pavilhão Municipal naquela grande sessão da Assembleia Municipal em frente às populações e que todos bate-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

mos com a mão no peito e dissemos que estamos aqui para lutar pelas freguesias.-----

----- Está aqui uma iniciativa, é do PCP, podia ser de qualquer outro partido na Assembleia da República. Questões partidárias à parte, acho que temos de votar a favor daquilo que é melhor para as populações e o que é melhor para as populações é a criação destas três freguesias.-----

----- Os Senhores Deputados poderão dizer que seja feito também para as outras freguesias porque os problemas das populações não se resolvem com a extinção de freguesias, pelo contrário, agravaram-se e a história assim o há-de vir a comprovar. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Penso que em boa hora voltou à discussão a criação das freguesias da Fajarda, da Erra e de Coruche. É, de facto, um tema que não pode ficar no esquecimento. Se calhar faz muito jeito a este Governo. -----

----- Venha de onde vier, neste caso veio de facto da CDU/PCP, muito bem. -----

----- Como foi dito aqui por quem me antecedeu, e muito bem, que todos saibamos continuar com a defesa das freguesias. Recordo que na altura foi feito um debate muito interessante na defesa destas freguesias por parte das forças políticas que estão no concelho de Coruche. Sabemos que até o PSD estaria também interessado em que se mantivessem as freguesias, e não foi só a nível do concelho, foi a nível do país, mesmo assim este Governo de maioria PSD/CDS levou por diante a sua política. -----

----- Isto não é por acaso, não é para poupar dinheiro, não se poupou dinheiro nenhum, é exactamente para deixar de se ter atividade política. Se soubermos fazer as contas, por cada freguesia no concelho de Coruche ou a nível nacional, quantos autarcas deixaram, de facto, de estar em atividade? Isto é uma realidade, deixou de haver mais ação contra a política ruinosa deste Governo.-----

----- Acho que devemos votar este parecer por unanimidade.-----

----- Perguntava ao Senhor Presidente da Câmara, se este assunto foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara. Penso que não foi. Assim há aqui já uma falha, penso que não foi ninguém do Partido Socialista, nem do Partido Comunista. Está-se a dizer o contrário do que se dizia antes. É bom que venha a claro para que as pessoas saibam quem está do lado de lá. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: A extinção de freguesias protagonizada por esta coligação PSD/CDS insere-se naquela estratégia, como foi afirmado na reunião bastante participada que se realizou no Pavilhão Desportivo, de empobrecimento do regime democrático, que este Governo manifestamente encetou quando assumiu funções. Envolto em falsos argumentos, como a eficiência e a coesão territorial, a extinção de freguesias conduziu à perda de proximidade e à redução de milhares de pessoas que participavam na vida local.-----

----- Passados dois anos podemos fazer algum balanço. Aquela promessa de que vamos extinguir umas centenas de freguesias, foram mais de mil, mas vai haver depois um reforço financeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

para as outras freguesias, foi precisamente o contrário, foi uma mentira. Extinguiram-se um conjunto de freguesias, fragilizou-se ainda mais a divisão territorial e houve um maior empobrecimento democrático com o afastamento de dezenas de milhares de eleitos nas Assembleias de Freguesia e nas Juntas de Freguesia, portanto, ficou mais pobre a vida democrática e não houve nenhum ganho com isso. Quais foram os ganhos? -----

----- De modo que o PCP, fiel à palavra que sempre teve, particularmente no concelho, aqui está a honrar o compromisso que assumiu com as populações. -----

----- Creio que não há nenhum texto que sirva de base ao parecer que a Assembleia Municipal irá emitir, mas suponho que haverá consenso sobre esta matéria e que a Mesa após a votação fará um pequeno texto para fundamentar a importância da reposição das freguesias da Fajarda, de Coruche e da Erra, como eram há dois anos atrás, com as suas áreas e características, sendo uma vantagem para o nosso concelho. É isso que eu espero que aconteça. -----

----- O Deputado Municipal Mário Ribeiro afirmou: É a primeira vez que publicamente falo sobre esta extinção, fusão, agregação de freguesias no concelho de Coruche. -----

----- Congratulo-me com esta posição do PCP. -----

----- Sou completamente a favor da reposição daquilo que é a história do nosso concelho. -----

----- Vi toda esta atividade de fora, não era eleito nesta Assembleia Municipal, nem na Assembleia de Freguesia da Erra, mas acompanhei e congratulei-me com muitas das posições que foram tomadas por alguns de vós e com as manifestações que davam voz àquilo que era também os meus anseios e que era a continuação das oito freguesias no nosso concelho. -----

----- Fazia aqui um breve resumo daquilo que foi esta Lei n.º 22/2012, que começou por ser intitulada como Livro Verde e tornado público, o qual era favorável ao concelho de Coruche. Se o Livro Verde tivesse ido para diante, Coruche não perdia nenhuma das suas freguesias. -----

----- Depois apareceram uns senhores, os tais senhores sabedores de tudo, que conseguiram alterar o Livro Verde e adaptaram-no a “livro laranja” para extinguir, reduzir, fundir, agregar 1165 freguesias a nível nacional, nas quais a minha freguesia estava também incluída. -----

----- Mas muitas outras situações me espantaram. -----

----- Não me espantou que a Câmara Municipal de Coruche deliberasse, por unanimidade, repudiar a proposta, em 14 de março de 2012; que a Assembleia Municipal de Coruche repudiasse a proposta, em 29 de março de 2012; que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da sua circular n.º 94/2012, não apresentasse representante para a Unidade Técnica para a Reorganização Autárquica; que a Associação Nacional de Freguesias seguisse os seus passos. Os nomeados pelo Governo PSD/CDS ficaram sozinhos para que pudessem, então, decidir quais são as freguesias a extinguir. -----

----- O PSD de Coruche, foi sempre contra que deixássemos que fossem os outros a escolher



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

por nós. -----

----- Uma outra faceta surgiu durante todo este tempo em que estive a ver isto por fora. Foi uma situação através do facebook do CDS de Coruche, pela primeira vez fiquei a saber que as freguesias da Erra e da Fajarda iam ser extintas e que ficavam agregadas com Coruche, para meu espanto. Provavelmente, eles teriam já alguma informação privilegiada. -----

----- Não ficamos por aqui, ainda temos mais notícias, por exemplo: deliberação da Assembleia Municipal, de 30 de julho de 2012, em que consta na ata “Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Coruche, reunida a 30 de julho de 2012, em sessão extraordinária, delibera pronunciar-se desfavoravelmente à redução/fusão/extinção de freguesias no concelho de Coruche respeitando: -----

----- A vontade popular que em abaixo assinado se tem expressado contra a fusão, agregação ou extinção; -----

----- As deliberações das Assembleias de Freguesia; -----

----- A necessidade e adequação da existência de 8 freguesias em 1114 Km².” -----

----- Acho que, como diz a bancada da CDU, isto é unânime. Depois por baixo diz que o presente documento foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor (17 do PS, 2 do MIC e 1 do PSD) e 8 abstenções da CDU. Fiquei a pensar que era um erro que estava nesta ata. -----

----- Vou votar favoravelmente esta proposta, venha ela de onde vier, mas também fico há espera de ver qual é a posição da bancada à minha esquerda, que tem defendido tanto estas freguesias e a sua manutenção. Vamos ver se hoje consegue dizer sim à Fajarda, à Erra e a Coruche para que voltem a ser freguesias. Embora eu vos diga desde já, seja qual for a nossa decisão, que isto vai bater numa parede e num saco roto. Tenho muita pena, mas será assim. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Começando pela parte final da intervenção do Deputado Mário Ribeiro, recordo-me perfeitamente da tentativa e do esforço desta Assembleia Municipal em conciliar posições das várias forças políticas, mas que a CDU à última hora negou que saísse daqui uma posição unânime. Acho que fica nos anais da história de todos aqueles que vêm bater com a mão no peito e dizem que são os defensores das freguesias, mas afinal havia outra. -----

----- Falando daquilo que está em discussão neste momento, digo-vos com toda a frontalidade que quando li pela primeira vez o documento, e partilhei isso com os restantes eleitos do PSD, revia-me perfeitamente naquilo que aqui estava e disse que independentemente daquilo que vier a ser a nossa posição eu votarei a favor deste documento. -----

----- Depois de o ler com atenção, mais tarde apercebi-me de uma aberração, uma politiquice, uma monstruosidade, que é a seguinte: “A extinção de freguesias protagonizada pelo Governo e pelo PSD e CDS-PP insere-se na estratégia de empobrecimento do nosso regime democrático.” --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Ora, isto não pode ser mais do que partidarite e sobretudo uma preocupação grande da CDU em defender o Partido Socialista, porque a única coisa que a CDU faz aqui é branquear aquilo que conduziu a este processo de redução de freguesias. -----

----- Basta pegarmos no memorando de entendimento que o Partido Socialista assinou e que é a base da redução das freguesias, em junho de 2012, e que diz de uma forma muito clara que o Governo vai desenvolver um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente os números de tais entidades, que eram os 308 municípios e as 4259 freguesias. -----

----- Mas mais do que isto, o Partido Socialista, já no seu programa eleitoral de 2009, que se chamava “Avançar Portugal 2009/2013”, na página 92, dizia: Adopção de um novo regime legal de criação, fusão e extinção de Autarquias Locais. O Partido Socialista assinou este memorando e escreveu exatamente o que estava no seu programa de Governo. -----

----- Isto para dizer que esta frase politiqueira, politiquice baixa, que está neste documento é a tentativa do Partido Comunista querer ficar bem aos olhos do Partido Socialista e nós percebemos bem porquê. É que para lá do líder do Partido Socialista se resignar neste momento a elogiar o trabalho que o Governo está a fazer, também a última sondagem que vi hoje, quando cheguei a casa, dava um empate técnico entre o PS e o Governo, portanto, a CDU está a ver a sua possibilidade de chegar ao Governo. -----

----- Perante esta frase aberrante, naturalmente que não votarei a favor deste documento. -----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Dias referiu: Infelizmente, tem sido recorrente nas discussões que temos tido nesta Assembleia Municipal estarmos a ser confrontados com as decisões que têm sido tomadas por este Governo, muitas delas balizadas por um acordo que foi assinado pelo Governo de José Sócrates. Para mim é cansativo estar sempre com esta conversa. -----

----- De facto, eu também não me revejo em muitas posições que foram tomadas pelo Governo, mas muitas delas, como eu já disse, foram impostas por um acordo que foi assumido. -----

----- Apraz-me registar nesta Assembleia Municipal que este executivo é frequentemente elogiado por cumprir as suas responsabilidades e compromissos e pela sua gestão rigorosa, mas, depois quando somos confrontados por uma situação do Governo Central já os compromissos não têm de ser assumidos. -----

----- Ouvi o Deputado Joaquim Banha e confesso que fiquei um pouco baralhado. -----

----- Faço frequentemente este exercício: Que pena o José Sócrates não ter ganho as eleições, porque se ele tem ganho as eleições como é que iria depois assumir estas responsabilidades com a Troika. -----

----- Nós podemos não concordar, e eu não concordo com elas, mas, de facto, ele assumiu o compromisso. -----

----- Claro que não, a gente sabe que não. Os gregos também tinham um outro discurso. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

gente sabe que não é possível. Ele não iria assumir esse compromisso. -----

----- Gostaria de saber qual era o sentido de voto desta Assembleia Municipal perante essa situação. Iam respeitar a decisão do Governo Central porque era da mesma força partidária? Temos de ser coerentes. Nós podemos não concordar, mas temos de ser sérios no discurso. Eu defendo o Governo porque é do PSD. Vocês defendem o Governo porque é do PS. Não podemos ir por aí, temos de ser coerentes e não estamos a ser coerentes com esta situação. Infelizmente, já houve uma revolução sobre as freguesias há um século atrás, obviamente que foi doloroso e não foi perfeito. -----

----- A redução foi proposta e nós temos de respeitar, concordemos ou não, é isto que está em discussão. -----

----- Obviamente que em relação a esta proposta, tenho pena que uma vez mais, tal como já aconteceu na Assembleia Municipal anterior, venha com uma carga política e um discurso extremamente oportunista. Acho que não é isso que as pessoas querem. Mas, infelizmente, é uma situação de que a CDU no concelho não se consegue desligar e sempre que toma uma posição tem de vir com uma carga ideológica forte. Provavelmente, isso satisfaz os seus militantes, mas nós temos de votar para a população em geral e não apenas para os militantes do Partido Comunista, nem temos de votar em função de uma proposta que é feita para agradar ao eleitorado do Partido Comunista. Tenho pena, mas há sempre uma carga política completamente desnecessária e até ofensiva. Talvez um dia percebam o porquê da nossa abstenção ou do nosso voto contra. ---

----- Temos de defender uma posição sem ter uma carga política, e muitas vezes faciosa, que se justificava há 40 anos atrás mas não agora. Esse discurso nos tempos de hoje, julgo que não faz sentido. Acho que isso é lamentável. -----

----- O Deputado Municipal Jacinto Barbosa afirmou: Em relação a esta matéria a minha posição está tomada. -----

----- Sempre estivemos de acordo e estamos de acordo com tudo isto. Veio um pedido para executivo da União de Freguesias, que foi deliberado na passada reunião e é favorável, foi essa a nossa posição. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Sobre esta matéria há duas ou três coisas que eu quero dizer. Esta situação começou como o Deputado Mário Ribeiro falou, começou pelo Livro Verde, que nos era favorável. Depois a situação agravou-se com a alteração da forma da integração de freguesias. -----

----- Penso que a Assembleia Municipal, na altura, fez aquilo que tinha de fazer e os resultados foram encaminhados para onde tinham de ser encaminhados, mas o resultado final foi mesmo - o cumprimento integral da eliminação de 1165 freguesias. -----

----- O PCP apresentou esta proposta e eu tenho uma opinião diferente daquela que já foi aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

hoje manifestada.-----

----- A questão ideológica, meto-a para o lado, porque o que me interessa, e penso que interessa à população de Coruche e aos membros da Assembleia Municipal, é a reposição das 8 freguesias que tínhamos.-----

----- A questão da carga ideológica que possa vir a ter é amplamente ultrapassada pela questão do interesse da população de Coruche que é a reposição das freguesias.-----

----- Votar a favor nesta Assembleia Municipal, digamos que é uma votação de coerência com aquilo que foi o percurso da Assembleia Municipal durante este processo que decorreu em 2012. Contudo, estamos em democracia e cada um é livre de interpretar as coisas como entender. O ontem pode não ser o hoje e o hoje pode não ser o amanhã. Portanto, o que aqui for votado será respeitado, logicamente, e é a opinião que vai surgir hoje, a qual vem provar que em política é aquilo que eu disse há pouco - o hoje não é igual a ontem e o ontem não é igual a amanhã.-----

----- Não quero colocar o documento à votação sem dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que não teve a palavra inicialmente porque não era um documento originário da Câmara, para que tenha também uma intervenção sobre esta matéria. Faça favor Senhor Presidente.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Este documento também foi presente à Câmara para que a mesma se pronunciasse e emitisse parecer, o qual foi no sentido de aprovar na íntegra o conteúdo deste documento, por maioria. Não foi por unanimidade, e já percebemos quem é que não votou favoravelmente este documento.-----

----- Não me custa e não tenho qualquer repúdio em aprovar este documento como um documento político, porque o ato de extinção de freguesias foi efetivamente um ato político e, portanto, a política combate-se com política.-----

----- Relativamente a este documento, é no fundo a súmula daquilo que nós defendemos nesta Assembleia Municipal e nas reuniões da Câmara, ou seja, dos vários documentos que foram reproduzidos, este está mais completo, fala das questões culturais, imateriais de identidade das freguesias de Fajarda e da Erra e, portanto, todos nos devemos consensualizar com aquilo que queremos ou verdadeiramente defendemos para as populações dos nossos territórios, ou não defendemos e andamos conforme politicamente nos dá jeito, ou porque temos eleições autárquicas e as pessoas perceberem que eventualmente estamos do lado delas ou porque temos outras coisas quaisquer e depois estamos do outro lado.-----

----- Não posso esquecer a maior manifestação que vi na minha vida, a maior manifestação foi em defesa das freguesias, desde as Amoreiras até ao Terreiro do Paço, onde percebemos toda a representatividade cultural e histórica das várias associações que estavam ali representadas na defesa das freguesias. É importante sabermos, defendermos e percebermos o que é que uma freguesia representa para uma população.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Podem dizer que no concelho de Coruche as freguesias mantêm a sua sede e estão de porta aberta e ainda existe uma delegação no caso da Fajarda e da Erra. Mas se tivermos a noção do que é que é ser Presidente de Junta de Freguesia num território destes, facilmente compreendemos a dificuldade de meios, quer humanos, quer técnicos ou outros, para fazer face à necessidade de servir as populações. Não pode estar em simultâneo na Fajarda, em Coruche e na Erra, de modo a prestar o serviço de proximidade por parte da Junta de Freguesia. -----

----- As juntas de freguesia praticam efetivamente este poder de proximidade, têm de atender o freguês porque precisa do serviço de pôr uma manilha, da limpeza da estrada ou das bermas, do transporte escolar e ainda o pagamento da pensão. Hoje, como todos sabemos, as juntas de freguesia já se substituem a alguns serviços do Estado que entretanto foram encerrando. Por acaso, a CDU hoje não falou desta questão, mas isto entronca tudo na perda de serviços de proximidade junto dos nossos cidadãos. Portanto, as nossas freguesias vêm cada vez mais assumindo maiores responsabilidades e prestando mais serviços com menos meios. -----

----- Há uma coisa que se falou aqui e que é efetivamente verdade, de que foi lançada uma promessa que as freguesias que se agregassem de forma solidária teriam incrementos nos seus orçamentos. Acho que, “palavras leva-as o vento”, ninguém viu incremento coisíssima nenhuma. Estamos todos à espera desse incremento nos orçamentos. -----

----- Meus caros, aquilo que vos quero transmitir, enquanto Presidente da Câmara Municipal, é que independentemente de quem viesse esta proposta (fosse do PSD, fosse do PS, fosse de um grupo de cidadãos), por uma questão de coerência mantenho a opinião que tinha há época quando me manifestei. -----

----- Se quisermos encontrar questões ou pormenores, que não seja aquilo que é o bom senso, obviamente que encontramos sempre pormenores em qualquer circunstância para nos defendermos e para nos desviar daquilo que é o nosso objetivo. -----

----- Acho que é uma pena, é lamentável, que esta Assembleia Municipal, à semelhança do que aconteceu na Câmara, não vote este documento por unanimidade. Deixem-me dizer que, à semelhança daquilo que foi dito pelo Deputado Mário Ribeiro, me parece que isto possa bater na trave, mas convém continuar a acenar estas bandeiras porque se não acenarmos as bandeiras das freguesias este assunto vai ficar encerrado, vai ficar moribundo e num estado de acomodação. ---

----- Deixem-me desmistificar uma coisa que foi dita pela bancada do PSD. Todos nos recordamos o que levou à assinatura do acordo pelo Governo do PS com a troika. Então não tinha lá o mandatário do PSD, o Senhor Eduardo Catroga? Não foi subscritor do mesmo acordo? Então o PSD não estava representado? Mas agora queremos dizer que o documento não era bom. Aliás, ainda me recordo que o Senhor há época propôs algumas alterações ao acordo para aceitação do documento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Mais que isso, este documento já foi alterado e foram implementadas medidas e situações mais gravosas e mais penalizadoras. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Estamos a falar das freguesias Senhor Presidente.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Se nos remetem para assuntos do Governo, temos que recorrer a assuntos do Governo. Dá para toda a gente. Temos de ser sérios nestas coisas, não nos podemos desculpar. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Se é para discutir o Governo, vamos discutir o Governo. Eu já disse isso anteriormente. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Ò Senhor Deputado, não nos intimida, não nos assusta. Achamos que até tem alguma piada. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Eu também quero discutir assuntos do Governo.-----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Agradeço que não entrem em diálogo. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Foi aqui dito que está previsto no programa do PS. Mas diz lá qual o número de freguesias? O que diz é reduzir substancialmente. Então diz lá quantas são?-----

----- Não vale a pena sacudir a água do capote. Quem decretou e promulgou esta lei foi o atual Governo e mais nada.-----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Um. -----

----- A Assembleia deliberou, emitir parecer favorável aos Projetos de Lei n.ºs 742/XII, 743/XII e 744/XII, pelos quais se criam as freguesias de Fajarda, Erra e Coruche, com os fundamentos constantes do mesmo, tendo o parecer sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezassete do PS e sete da CDU) e três abstenções do PSD.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Apesar do parecer não ter sido aprovado por unanimidade, vou-me congratular com a sua aprovação, pois o importante é que não deixemos cair esta bandeira das freguesias, até porque tenho a certeza que havemos de ter novo Governo para ver se criam as freguesias.-----

----- Ainda bem que o memorando de entendimento que foi assinado não dizia que era para cortar o número de reformas, porque metade dos reformados deste país já tinham sido exterminados pelo PSD.”-----

----- O Deputado Municipal Mário Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Em meu nome queria agradecer aos 10 Deputados do PCP que elaboraram este documento, que em base tem muito daquilo que foi feito nesta Assembleia Municipal, copiaram uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

série de frases e alongaram outras. Parabéns aos 10 Deputados, fizeram um bom trabalho”. -----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Dias apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- O meu voto de abstenção deve-se, como referi há bocado na minha exposição, ao facto de estarmos na presença de mais uma proposta a defender os interesses dos fregueses, que é uma proposta político-ideológica, o que é de lamentar.”-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O meu sentido de voto não podia ser outro tendo em conta, ao contrário daquilo que seria desejável, que não foi apresentado, uma vez mais, um documento que nos unisse. -----

----- A CDU, o PCP, utilizou este documento para fazer política baixa, na qual é useira e vezeira, fugindo à realidade e escamoteando aquilo que verdadeiramente aconteceu no país.-----

----- Portugal, como alguém disse há pouco tempo, passados 4 anos está bem diferente, está muito melhor e está assim porque há 4 anos estava na banca rota e atualmente não está.”-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Voto a favor e não é por Portugal estar melhor, está efetivamente pior, porque defendo a reposição das freguesias de Coruche, Fajarda e Erra. Concordava com uma reforma feitas pelos municípios como aconteceu em Lisboa e não como fez este Governo”.-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “À semelhança do sentido de voto de há 2 anos, votei a favor deste documento. -----

----- Embora entenda que tenha uma certa carga política, mas isso é normal, todos os partidos políticos apresentam propostas dessa natureza e é perfeitamente enquadrável neste documento, a minha posição mantém-se.-----

----- Fiz parte de uma comissão que foi à Assembleia da República e fomos recebidos por todos os partidos, menos pelo PSD e CDS. Lá teriam as suas razões para não nos receber. -----

----- De qualquer maneira, penso que este documento vai ser chumbado, mas nem por isso deixo de votar favoravelmente, porque é a nossa posição.-----

----- Por outro lado, quando nos dirigimos à Assembleia da República, há 2 anos, havia uma certa esperança que o Presidente da República chumbasse aquela lei, no entanto, acabou por não o fazer. Penso que, de alguma maneira previsível ele justificou esse chumbo dois anos mais tarde no discurso que fez aos portugueses, no início do ano de 2015, quando disse que via as eleições como um fator de perturbação. -----

----- **PONTO DOIS - PLANO DE GESTÃO E PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DOS AÇUDES DA AGOLADA E DO MONTE DA BARCA:-**

Foi presente o ofício n.º 9, de 6 de janeiro de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua reunião ordinária de 30 de dezembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Esta proposta tem a ver com a necessidade da prorrogação do prazo para elaboração do plano de gestão dos Açudes da Agolada e do Monte da Barca por mais 3 anos. -----

----- A lei previa que após a sua publicação fossem executados nos 3 anos subsequentes e definidas ações para cada um destes planos de gestão. Como sabemos, tanto o Açude do Monte da Barca como o Açude da Agolada deixaram de ter a classificação que tinham para passarem a ter a designação de Paisagem Protegida de Âmbito Local, logo têm de ter os planos de gestão. -----

----- Acontece que para elaboração destes planos de gestão é necessário que existam outras cartas de ordenamento, tendo em conta que estamos a falar de áreas de grande dimensão, nomeadamente aquilo que tem a ver com a utilização do solo e a vertente florestal. Tem de haver cartas de ordenamento do território que identifiquem de que áreas é que estamos a falar. Isto entronca também no documento que é o nosso PDM e, como sabem, o PDM está, de facto, a evoluir, mas de uma forma lenta, o que não nos permitiu, até ao momento, ter disponíveis elementos para confrontar com estes planos. -----

----- Por outro lado, carece obviamente de negociação e da disponibilidade dos proprietários destes dois locais para aderirem a este plano de ação. Estamos a falar de terrenos e áreas que são do domínio privado, estamos a falar daquilo que tem a ver com valores para a elaboração destes mesmos planos. -----

----- Neste novo quadro comunitário estão definidas áreas para estes eixos que permitem fazer estas candidaturas, ou seja, eixos que são relativos àquilo que tem a ver com o património natural e cultural onde se inserem os Açudes da Agolada e do Monte da Barca. -----

----- Este documento foi à Câmara para serem desenvolvidos os procedimentos com vista aos estudos que fundamentem a elaboração dos planos de gestão para estes dois locais. -----

----- Como até ao momento não houve condições de os fazer, queria solicitar à Assembleia Municipal que o prazo que estava definido anteriormente fosse prorrogado. A lei permite esta possibilidade de a Assembleia Municipal aprovar a prorrogação do prazo por mais 3 anos, tendo em conta os enquadramentos no PDM e também eventuais financiamentos comunitários para a elaboração dos mesmos. -----

----- O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Mais uma vez, esta questão dos ex-sítios Classificados do Monte da Barca e da Agolada é um processo lamentável. -----

----- Desde 2002, quando o Partido Socialista assumiu o poder na Câmara Municipal, que não há uma estratégia para estes dois espaços. É uma evidência que estes dois espaços, mais o Açude



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

da Agolada e menos o Açude do Monte da Barca, eram frequentados por muita gente do concelho e também por muita gente de fora, no entanto, passaram a ser hoje espaços em que a maioria da população perdeu a ligação aos mesmos por razões várias. Responsabilizo claramente a estratégia que o Partido Socialista definiu para estes espaços, e tive oportunidade de dizer isso ao longo dos anos. -----

----- Recordo que o eixo principal dessa estratégia passou por a Câmara se colocar claramente, digamos, a reboque da posição dos proprietários do Açude da Agolada, a família Oliveira e Sousa, e do Açude do Monte da Barca. O abandono absoluto permitiu que fossem vedados os acessos e transformados estes espaços em coisas que hoje não são nada. -----

----- Vou votar contra esta proposta porque considero que a prorrogação por mais 3 anos destes planos nem aquecem, nem arrefecem, é mera prosa que se põe no papel. Na prática nós não hipotecámos estes espaços. -----

----- Recordo que, quando discutimos o regulamento de funcionamento e acesso ao Açude da Agolada, ainda em vigor, na altura, e está em ata, disse que para a Câmara ficava os custos, com a limpeza, com as infraestruturas e com a segurança e para o proprietário ficava aquela coisa bizarra de cobrar o estacionamento e os bilhetes de acesso. -----

----- É assim que estes espaços estão ao fim de 13 anos de gestão do Partido Socialista. -----

----- Esta proposta é um mero paliativo, nem aquece, nem arrefece, não tem importância nenhuma. É mera prosa que se põe no papel, daí que vou votar contra. -----

----- O Deputado Municipal Fernando Serafim referiu: Em relação aos Sítios Classificados ou Paisagens Protegidas de Âmbito Local, várias vezes aqui levantei esta questão. -----

----- Vou votar contra este ponto porque há vários anos que andamos a alertar para a situação de abandono destes dois espaços, nomeadamente do Açude do Monte da Barca. -----

----- Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara que trabalho ou que ações foram realizadas desde 2010 (em 23 de julho de 2010 foi aprovada a designação de Paisagens Protegidas de Âmbito Local) até hoje, de modo a criar algumas condições para que amanhã estes locais, que são de interesse internacional, pelo menos foi assim que a Câmara pagou um estudo em 2010. Tenho-o aqui, em que diz que o Açude do Monte da Barca tem interesse de âmbito internacional. O que foi feito, nomeadamente em termos de caminhos, de linhas de água, de obras no açude ou novos caminhos? -----

----- A Câmara pode intervir, independentemente de haver ou não haver plano de gestão, e deve intervir. -----

----- No caso do Açude do Monte da Barca foi tudo destruído e não se chegou a nenhuma conclusão. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Em relação a este ponto, tem origem nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Sítios Classificados da Agolada e do Monte da Barca.-----

----- A lei que previa a classificação dos sítios classificados é uma lei já bastante antiga e, como todos sabem, foi revogada.-----

----- O Açude da Agolada era considerado um sítio classificado, mas reconheço que não tinha a devida utilização e que não tinha nada a ver com um sítio classificado.-----

----- Entretanto, com a nova legislação, a Câmara deixou de ter os mesmos direitos que tinha até essa altura. -----

----- Admito que se desconheça totalmente a lei, mas de qualquer maneira é bom que quando falamos sobre o assunto tenhamos algumas bases para fundamentarmos a nossa opinião. -----

----- Hoje, as Câmaras não têm autoridade para definir aquilo que se vai passar naqueles locais. Têm que tratar o assunto com os proprietários e caso os proprietários dificultem essa ação, a Câmara não tem muito a fazer. Foi o que eu percebi da leitura da lei, há alguns anos. Contrariamente ao tempo em que existiam os sítios classificados em que as Câmaras podiam pôr e dispor. Hoje em dia não é assim e este assunto tem, na minha opinião, de ser tratado com algum cuidado, porque a Câmara corre o risco de não poder intervir em absolutamente nada nestes espaços. -

----- O Presidente da Assembleia afirmou: Dado que foram levantadas algumas questões e feitas algumas perguntas, pedia ao Senhor Presidente da Câmara que se manifestasse sobre esta situação. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Vou fazer aqui algumas considerações um pouco para avivar a memória, porque às vezes os Senhores Deputados estão esquecidos. Há pouco, o que se passou foi reflexo disso, da nossa memória. -----

----- Quando chegámos à Câmara, em 2001, tínhamos um processo em Tribunal. Esta história já foi contada inúmeras vezes. O proprietário do Açude da Agolada, a família Oliveira e Sousa, moveu um processo contra a Câmara Municipal de Coruche, na altura de gestão da CDU, porque a utilização do mesmo era feita de forma abusiva, ostensiva e para além daquilo que estava previsto na própria lei, isto é, a utilização excedia a capacidade máxima que era permitida naquele espaço e a instalação de áreas de campismo e de pernoita nas imediações da área florestal do açude. Ao longo dos tempos o proprietário foi tirando registos fotográficos destes acontecimentos, constituiu o processo e meteu uma ação contra a Câmara Municipal porque não havia legitimidade para a utilização do espaço, pelo menos com aquela intensidade e, enfim, mais uma série de razões. -----

----- Sabemos que quando o Partido Socialista assumiu o governo da Câmara Municipal, em 2002, tínhamos este processo a decorrer em Tribunal e antes da ação de julgamento foi pedido uma esclarecimento para que pudesse existir um entendimento com o proprietário que moveu a ação contra a Câmara Municipal, o qual exigia ser indemnizado pelos danos causados na sua proprie-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

dade e, portanto, a Câmara viu-se confrontada com a possibilidade de pagar uma indemnização brutal. Não sei se era legítima ou não, mas era exigida.-----

-----Mais tarde, a lei que protegia estes locais foi revogada e, portanto, a Câmara viu-se na iminência de fazer um protocolo com o proprietário no sentido de permitir a acessibilidade de todas as pessoas do concelho e condicionar, de certa forma, regular a permanência de outras pessoas para além do número que era razoável para aquele espaço. -----

-----Se bem se lembram, existia alguma frequência de pessoas ao Açude da Agolada, a maior parte eram de excursões que vinham de vários locais em que as pessoas acampavam de forma natural. Mas se era um sítio classificado de paisagem natural, não só pelas espécies florestais, pela fauna, mas por tudo mais, ia contra a lei. A Câmara viu-se forçada a fazer um protocolo relativamente à utilização daquele espaço, ficando claramente com os encargos que tinha a ver com a manutenção e a limpeza. -----

-----Também com a perda de eficácia da lei, que definia áreas de proteção para estes sítios, a Câmara deixou de poder intervir nos mesmos. -----

-----Para responder à questão que foi colocada pelo Deputado Fernando Serafim, dizer que estamos a falar de propriedades privadas onde a Câmara não pode fazer manutenção de estradas, de caminhos ou do que quer que seja. A lei não permite qualquer tipo de intervenção para além do acordo que foi estabelecido com o proprietário e, portanto, só há aqui uma solução, o entendimento com o proprietário no âmbito do plano de ação que está previsto para que possamos criar essas condições nesse espaço.-----

-----Quanto ao Açude do Monte da Barca, ainda sou do tempo, sou funcionário desta casa, de ordem de prisão por parte do proprietário ao funcionário da motoniveladora que andava a melhorar a estrada de ligação da E.N.114/Pingalim para o Açude do Monte da Barca, porque era um caminho privado, na época à gestão da CDU. Essa situação nunca se conseguiu regularizar, pois o proprietário plantava pinheiros junto ao caminho e depois a Câmara removia-os. Eu diria que foi uma briga constante relativamente àquela situação, tendo em conta a perda de eficácia da lei que protegia estes sítios. -----

-----Obviamente que a Câmara perdeu mais autonomia e perdeu mais autoridade, isto é, se até ao momento tínhamos uma lei que de certa forma nos dava alguma cobertura para intervir nestes sítios, é um facto que com a sua revogação perdemos qualquer poder intervenção nestes sítios, daí que o proprietário veio exercer a posse nos acessos e nalgumas áreas envolventes. -----

-----Isto é explicar um bocadinho porque é que as coisas acontecem. Não é por acaso, não é que a Câmara tenha má vontade. É legítimo a Câmara utilizar os equipamentos que tem e invadir uma propriedade privada? A coberto de qual lei? Qual é a lei que nos permite fazer isso? Indiquem os senhores. Manifesto a minha ignorância total relativamente a essa possibilidade numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

herdade privada que tem um açude ou uma lagoa. Tem esta denominação, mas não permite, enquanto o plano de ação não for desenvolvido, que haja qualquer autonomia ou autoridade sobre o mesmo. Penso que isto é racional e também é lógico. Conhecem outra medida que o possa permitir? A Câmara cada vez tem menos poderes, menos competências para intervir nesse espaço privado, abrindo estradas, caminhos, limpando florestas. Digam que eu desconheço meus senhores.-----

----- Lamento que não possa ser. Não pensem que eu não partilho do vosso sentimento relativamente a estes dois espaços. -----

----- Na minha infância frequentei muitas vezes o Açude da Agolada. -----

----- Acho que são, efetivamente, sítios que devem reverter para a acessibilidade das nossas populações, agora tem de haver condições para tal, pelo que tem de ser desta forma que estamos a prever, com um acordo com os proprietários e com um plano de ação estruturado de conformidade com a lei.-----

----- Não fui eu que inventei esta lei, não foi a Câmara que a inventou, mas sim o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e de acordo com o artigo 4.º do aviso 16052/2010, de 11 de agosto. -

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Esta é a opinião do Senhor Presidente da Câmara, mas eu tenho uma outra versão. -----

----- Sei que a legislação se alterou. Mas o que eu quero sublinhar é que antes de 2001, no tempo da CDU, a família Oliveira e Sousa interpôs uma ação em Tribunal contra a Câmara e, na altura, a Câmara opôs-se com o argumento do interesse público. Quando o Partido Socialista assumiu o poder, colocou-se claramente a reboque dos proprietários sem sequer contestar a argumentação.-----

----- Recordo que, se na Várzea Fresca e na Califórnia os foreiros não lutassem durante 30 anos para terem direito às casas que construíram, ou se não se tivessem oposto em relação à família Oliveira e Sousa, não tinham hoje as suas casas, apesar de alguns ainda não terem a respetiva escritura.-----

----- Daquilo que conheço relativamente ao presente processo, com a gestão socialista nunca houve qualquer oposição, aceitou-se tudo e fez-se um regulamento que tem o seguinte conteúdo: para a Câmara a responsabilidade nas instalações sanitárias, na limpeza e na segurança e para a família Oliveira e Sousa a cobrança dos parqueamentos e dos bilhetes da entrada. Isto é a verdade, a Câmara Municipal nunca se opôs em nome do interesse público. -----

----- O que eu quis dizer, é que esta proposta é uma coisa inócua, não tem nenhum interesse, nem aquece, nem arrefece, porque em definitivo estes dois espaços já não são usufruídos pelos municípios ou quase ninguém os frequenta. Esta é que é a realidade, é triste, mas é a realidade. ---

----- A questão que o Deputado Fernando Serafim colocou não foi respondida pelo Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Presidente da Câmara.-----

----- A Câmara pode intervir nestes espaços. Estamos num Estado de direito. Porque é que a Câmara não usa o seu poder de litigar com a família Oliveira e Sousa, de se opor, como se opôs com outras situações e com outras entidades. É isto que eu contesto e acho que foi uma estratégia errada e que o concelho perdeu, a população perdeu. -----

----- O Deputado Municipal Fernando Serafim afirmou: Quero reforçar que perguntei ao Senhor Presidente da Câmara quais os trabalhos que foram realizados desde 2010 para cá. -----

----- A lei prevê que a Câmara pode intervir nas linhas de água, nas estradas e nos caminhos. --

----- Senhor Presidente, vou-lhe pôr uma questão: Uma vez que foi trabalhador da Câmara durante muitos anos, na área da fiscalização, conhece. Então entre o Rebocho e a estrada que vai para Santana, a E.N.114, havia ligações do Monte da Barca para o outro lado da estrada. Sempre houve, sempre as pessoas tiveram acesso ao Açude do Monte da Barca. -----

----- O Açude do Monte da Barca é da Misericórdia, está a perceber. -----

----- Acontece que os proprietários em volta do açude não são donos do açude. Como é que eles podem impedir as pessoas de ter acesso ao açude? -----

----- Como sabemos foi permitido cortar estradas, foi permitido abrir estradas e por aí fora, isto não é novo. Posso trazer documentação se quiser, desde o início do primeiro mandato que aconteceram tais situações, nomeadamente vedações, coisas que são da lei e que a Câmara pode licenciar e impedir. Contudo, não tem havido vontade política de intervir. -----

----- Quero dizer mais, de 2010 para cá, quando foi aprovada esta nova classificação e que houve um trabalho, este documento que eu aqui tenho, não sei se o Senhor Presidente da Câmara o conhece, elaborado pela Universidade de Évora e que a Câmara encomendou para os sítios classificados, o qual vem dar valor aos mesmos, nomeadamente ao Açude do Monte da Barca, no entanto, nunca mais ninguém lhe ligou nenhuma. Isto tem de ser dito. Agora vem pedir mais 3 anos, mas durante estes 5 anos ninguém fez absolutamente nada. Ninguém contactou os proprietários, ninguém tentou abrir as estradas, ninguém fez absolutamente nada. -----

----- Portanto, vamos votar, eu não vou aprovar, vou votar contra este ponto, porque passarão mais 3 ou 4 anos e não se fará nada, não passamos disto.-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão afirmou: Mantenho a posição de há pouco. -----

----- Trata-se de um assunto que tem de ser visto segundo a nova legislação, porque a legislação que previa os sítios classificados desapareceu, foi revogada e, hoje, a Câmara não tem autoridade para fazer aquilo que quer. Não vale a pena estarmos a bater mais quando sabemos que a legislação não o permite.-----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte votos a favor (dezassete do PS e três do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

PSD) e sete votos contra da CDU, prorrogar o prazo de elaboração do Plano de Gestão dos Açudes da Agolada e do Monte da Barca por 3 anos. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e vinte minutos. -----

----- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e trinta e cinco minutos. -----

----- **PONTO TRÊS - VI DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO**

DIRETOR MUNICIPAL DE CORUCHE:- Foi presente o ofício n.º 1106, de 13 de fevereiro de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 11 de fevereiro de 2015, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Na sequência de pedidos de rearboração apresentados por munícipes da freguesia de São José da Lamarosa, apercebemo-nos de duas situações, uma em Martingil e outra nas Cabecinhas, que tinham alguma inconformidade relativamente àquilo que está previsto no PDM, isto é, na planta de condicionantes e aquilo que é a efetiva utilização do solo. O PDM designa estas áreas como áreas de montado, sobro e azinho e, de facto, conseguimos comprovar que anteriormente, à data do PDM, estas áreas eram de rearboração de eucaliptos, pelo que a designação devia ser “outras áreas de aptidão florestal”. -----

----- Trata-se de uma correção material ao PDM no sentido de repor a verdade e a verdade é que estas áreas sempre foram aproveitadas em termos florestais para estas espécies de crescimento rápido, designados em PDM como “outras áreas de aptidão florestal”. -----

----- Aquilo que foi aprovado em Câmara e que vem agora à Assembleia Municipal para conhecimento é no sentido de fazermos esta correção material ao PDM para que as localizações de Martingil e de Cabecinhas passem a ter a designação “outras áreas de aptidão florestal”. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do artigo 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, tomar conhecimento da VI Declaração de Correção Material do Plano Diretor Municipal de Coruche. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO QUATRO - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA ÁREA DO ANTIGO QUARTEL DOS BOM-**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

BEIROS:- Foi presente o ofício n.º 1107, de 13 de fevereiro de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 11 de fevereiro de 2015, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Como é do conhecimento público este espaço que pretendemos desafetar do domínio público do Município para o domínio privado tem a ver com o espaço que foi cedido à Caritas Paroquial de Coruche, no âmbito do Programa CDLS+, para implementar atividades relacionadas com este programa e conforme protocolo celebrado com a Câmara.-----

----- Para a regularização da cedência deste espaço é necessário que façamos a desafetação do domínio público do Município para o domínio privado. Estamos a falar de um edifício público, o antigo Quartel dos Bombeiros. Existindo por parte desta instituição condições para a continuidade do projeto após o término do Programa CLDS+ neste espaço.-----

----- Ainda hoje alguns Deputados estiveram na apresentação daquele que é o novo projeto da Caritas, no Observatório do Sobreiro e da Cortiça, apadrinhado por uma artista coruchense, a Ana Moura. Propõe-se uma situação muito dinâmica de desenvolvimento social com parceiros sociais e com empresas do nosso concelho.-----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara.-----

----- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quatro.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desafetar do domínio público para o domínio privado do Município uma área do antigo Quartel dos Bombeiros, identificada com a letra “A” na planta que fica anexa à presente ata.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO CINCO - REGULAMENTO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO NAS UNIVERSIDADES DE VERÃO:-** Foi presente o ofício n.º 1108, de 13 de fevereiro de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 11 de fevereiro de 2015, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presidente da Câmara.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com o regulamento que foi aprovado pela Câmara e que esteve em discussão pública durante 30 dias, sendo introduzidas algumas sugestões para melhoria do mesmo. Este regulamento permite criar critérios de acessibilidade aos jovens do nosso concelho para participarem nestas Universidades de Verão que são disponibilizadas por parte de entidades de ensino superior, ou seja, para proporcionar uma maior aproximação entre o ensino secundário e o ensino universitário, para que os jovens possam perceber em cada universidade aquilo que têm ao seu dispor em termos de áreas formativas, cursos, conteúdos, etc.

----- Este regulamento vai criar condições de acesso, privilegiando, de certa forma, aquilo que são as famílias mais carenciadas, aqueles que têm melhor desempenho em termos do currículo escolar no nosso Agrupamento de Escolas, ou seja, que não só se distinguem pela sua qualificação enquanto estudantes, mas também a uma regularidade à passagem de ano.-----

----- Serão definidas essas mesmas bolsas e o número de vagas para as candidaturas a aprovar pela Câmara. -----

----- De momento, é aprovarmos este regulamento para o publicar, para que no próximo ano os alunos do nosso concelho possam candidatar-se a este programa. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Cinco. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Apoio à Participação nas Universidades de Verão. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO SEIS - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015:-** Foi presente o ofício n.º 1109, de 13 de fevereiro de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2015, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 11 de fevereiro de 2015, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com a necessidade de regularização de algumas situações com os nossos trabalhadores do quadro, que efetivamente, são também nossos colaboradores enquanto trabalhadores. -----

----- Situações sobre as quais já tive oportunidade de prestar alguns esclarecimentos no âmbito desta Assembleia Municipal, tendo em conta o concurso para a entrada de 10 Assistentes Operacionais. Recordo-me de ter dito que alguns trabalhadores eram opositores a este concurso, ou seja, opositores no sentido de poderem vir a preencher algumas destas vagas e que na sequência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

conversações com os trabalhadores foi dado conhecimento que haveria a possibilidade da mobilidade intercarreiras, isto é, eles não teriam necessidade de preencher estas vagas que estão abertas no âmbito destes concursos porque se o fizessem condicionariam a entrada de novas pessoas para estes lugares. -----

----- A proposta é exatamente neste sentido. -----

----- A primeira situação tem a ver com o posto de trabalho a criar no GIRPI-02 e a alteração do conteúdo funcional, ou seja, é a aclaração da correspondência do conteúdo funcional e as funções efetivamente exercidas nesse posto de trabalho. -----

----- Em relação ao CEAS-01, a criação de um posto de trabalho, lugar a ocupar em mobilidade interna. Trata-se de uma pessoa que reside no concelho de Coruche, que trabalha num serviço do Ministério da Saúde, que é Assistente Técnico, e em que existe a possibilidade de mobilidade para a Câmara Municipal de Coruche. -----

----- O processo de mobilidade é muito mais fácil do que o processo de concurso. -----

----- Desde que o funcionário em questão reúna as condições para a mobilidade, da parte do Ministério da Saúde não haja oposição, da nossa parte haja aceitação e também da parte do funcionário, significa que poderá transitar para a Câmara Municipal. -----

----- As outras situações DOE-11 e DOE-12, tratam-se de acertos de mobilidades nas carreiras: um funcionário que era motorista de pesados, mas que faz funções de condutor de veículos especiais; um funcionário que está na categoria de condutor de máquinas e está a fazer os transportes coletivos. Não há qualquer encargo remuneratório. -----

----- Quanto à DSUAZV-24 tem a ver com um funcionário que está a desempenhar funções na Divisão dos Serviços Urbanos, no Rossio, mas que está afeto em termos de colaboração à Divisão de Obras e Equipamentos, na Zona Industrial. É fazer a mobilidade deste trabalhador para a Divisão de Serviços Urbanos. Uma situação perfeitamente normal. -----

----- A proposta é que a Assembleia Municipal aprove este assunto para que possa ter eficácia. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, aprovar a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2015. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO SETE - ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO RURAL DA CHARNECA RIBATEJANA:-** Foi presente o ofício n.º 1110, de 13 de fe-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

vereiro de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 11 de fevereiro de 2015, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Sete por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: A Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana tem abrangência nos concelhos de Coruche, Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Golegã, e o seu objeto social é a prestação de assistência técnica, promoção e execução de ações de formação profissional e a divulgação do território nos vários concelhos. -----

----- Apercebemo-nos que o Município de Coruche não era associado desta associação, a qual é líder nas candidaturas a fundos comunitários, ligadas ao PRODER e a que tem melhor execução dos mesmos, no âmbito das várias associações que existem no nosso país, ao nível de áreas territoriais. -----

----- Tendo em conta que os novos fundos comunitários, de acordo com o seu contexto de aplicação, prevêem também para esta associação a possibilidade de aceso, naquilo que tem a ver com ação do domínio social, entendemos que tem toda a vantagem aderir à mesma. -----

----- Também os critérios relativamente àquilo que são os próximos fundos comunitários, assentam muito naquilo que são as parcerias entre entidades, sejam elas públicas, privadas ou associações representativas de classes. -----

----- A proposta é que nos tornemos sócios desta associação, sendo que significa o não pagamento de qualquer quota ou qualquer custo por essa inscrição, mas apenas a aceitação por parte da Assembleia Geral da Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana. -----

----- A adesão do Município de Coruche está condicionada à aprovação pelo Tribunal de Contas. Como sabem, os Municípios que integram associações ou que façam parcerias com outras entidades, tendo em conta a sua situação económica e social, podem contribuir para aquilo que é o nível de endividamento das autarquias locais, daí que o processo tem de ser visado pelo Tribunal de Contas e só depois é que o Município de Coruche poderá aderir à associação. -----

----- Caso entendam, é manifestar esta concordância relativamente à adesão à Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana, que tem a sua sede no concelho de Coruche. -----

----- Parece-me que fará todo o sentido que o Município se torne associado pelas questões que já mencionei. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e dos artigos 1.º, 3.º, 56.º n.º 3 e 60.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial e das Participações Locais, autorizar o Município a aderir à Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana, condicionada à aprovação do Tribunal de Contas, e aprovar os respetivos Estatutos e Regulamento Interno.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO OITO - ESCLARECIMENTOS POR PARTE DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE SOBRE AS OBRAS EM CURSO NO LARGO PORTO JOÃO FERREIRA E INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS OBRAS SIMILARES PROJETADAS PARA A VILA DE CORUCHE** -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Este ponto foi agendado pelo Grupo Municipal do PSD, como tal, solicito que seja feita uma introdução ao mesmo.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Solicitava que o agendamento deste ponto fosse apresentado a seguir ao Ponto Oito - Atividade e Situação Financeira do Município, caso seja possível.--

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Acho que este ponto deve entrar no alinhamento dos pontos segundo a Ordem do Dia. A “Atividade e Situação Financeira do Município” sempre foi o último ponto. Não vejo nenhuma razão para se alterar a Ordem do Dia. -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Já lhe vou demonstrar a razão.-----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: O ponto é do PSD, pelo que pedia à bancada do PSD que introduzisse o ponto que agendou. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Queria recordar que está previsto no Estatuto do Direito de Oposição que os utilizadores desse direito são os partidos políticos que têm eleitos no órgão deliberativo, como é o caso do PSD.-----

----- Nesse sentido, há mais de um mês, quando se iniciaram as obras no Largo Porto João Ferreira, colocámos uma série de questões ao Senhor Presidente da Câmara sobre a referida obra e também ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Passado mais de um mês, não obtivemos, nós PSD, nem os seus autarcas, qualquer resposta (o que não podemos dizer que seja de estranhar), pelo que nos vimos na contingência de trazer à Assembleia Municipal este ponto. -----

----- As questões que queremos hoje ver aqui esclarecidas estão refletidas nos ofícios que entretanto enviámos.-----

----- Naturalmente que não podemos ficar surdos e mudos perante aquilo que temos visto e perante a informação e os apelos da população.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Por outro lado, ainda hoje foi visível essa preocupação. No evento em que tive oportunidade de estar presente, e que o Senhor Presidente da Câmara já referiu, da Caritas Paroquial de Coruche, face ao estado em que se encontra o estacionamento no centro da vila, o mesmo não se poderia realizar no Auditório do Museu Municipal porque não havia sítios para se estacionar os carros. -----

----- A alternativa que o Senhor Presidente da Câmara tantas vezes fala, o Parque do Sorraia, também não era viável porque aquele espaço estava completamente cheio à hora que começou o evento. Portanto, a alternativa para realizar este evento em Coruche seria nenhuma, daí que não podemos, como já referi, ser cegos e surdos perante aquilo que são as evidências e perante aquilo que são as questões que as populações têm colocado. -----

----- Quais são os esclarecimentos que gostaríamos de ver hoje aqui respondidos pelo Senhor Presidente da Câmara: -----

----- Foi feito algum estudo sobre o impacto deste projeto no comércio local, nos negócios locais e nos moradores? No caso de ter sido feito, tínhamos solicitado ao Senhor Presidente que o mesmo nos fosse disponibilizado para que pudéssemos perceber o porquê. -----

----- Foram avaliados os impactos económicos para a vila Coruche e para quem cá mora? -----

----- O executivo acreditava que com este projeto, e com os outros que também se anunciam, não iriam haver prejuízos para a população, para os moradores e para os comerciantes e em que é que fundamentava esta percepção? -----

----- Com a redução de lugares de estacionamento que esta obra implica, onde é que se passaria a estacionar? -----

----- Quem quisesse ir ao Museu Municipal a um evento, como o de hoje, ou tratar de um assunto no centro da vila e ir ao comércio local na Rua Direita, na Rua dos Guerreiros e nas ruas e travessas adjacentes, onde é que iria estacionar? -----

----- Temos ouvido o Senhor Presidente da Câmara, várias vezes, estimular a fixação da população no centro da vila, mas ao mesmo tempo está a reduzir lugares de estacionamento. Onde é que os moradores que incentivamos a fixarem-se no centro da vila vão estacionar as viaturas? Se a Câmara comprar aquele edifício que está neste largo, onde é que aqueles moradores vão estacionar? Se aqueles moradores vão estacionar naqueles lugares, quem quiser ir ao comércio ou aos vários serviços que existem nas ruas que há pouco referi está impossibilitado de o fazer. -----

----- Quantos lugares de estacionamento são reduzidos com esta obra? -----

----- Existe a previsão de avançar com projetos e obras onde haverá também reduções significativas de lugares de estacionamento na vila de Coruche? -----

----- A título de exemplo, é fácil de perceber que alguém que tenha colocado ou deslocado o seu negócio para a Praça da Liberdade, tendo em conta o estacionamento disponível, nomeada-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

mente na Praça da Liberdade, no Largo Porto João Ferreira e no Largo João Felício, não tem alternativa para estacionar. Com este projeto e com os outros que se anunciam, onde é que os clientes que pretendem tratar dos seus assuntos vão deixar a viatura? No Parque do Sorraia? Difícilmente, porque já está cheio. Na margem sul ou na Estrada da Erra?-----

----- Achamos que é extremamente importante ter uma vila de Coruche bonita para os visitantes, mas ao mesmo tempo é extremamente importante termos uma vila de Coruche que trata bem os que cá vivem, trata bem os que cá querem ter os seus negócios e trata bem os que cá pagam impostos. Acreditamos que uma coisa não invalida a outra. É por isso que nós colocamos estas questões.-----

----- Por outro lado, antes que o Senhor Presidente da Câmara possa vir dizer porque é que se lembram disto agora, quando o assunto já foi aprovado numa reunião de Câmara e foi mostrado o boneco na Assembleia Municipal, permitam-me recordar que o mesmo foi apresentado era uma hora da manhã e que se esqueceu de referir que ia reduzir em 60% ou 70% os lugares para estacionar.-----

----- Era importante que, de uma forma clara, o Senhor Presidente da Câmara nos explicasse o que é que foi aprovado na reunião de Câmara de 16 de março.-----

----- O que está escrito nessa ata é que a Câmara delibera aprovar o projeto da empreitada que se encontra conforme o caderno de encargos. Parto do princípio que o Senhor Presidente da Câmara não enviou o projeto aos Senhores Vereadores para que o aprovassem nessa reunião. Acredito, tal como não o enviou à Assembleia Municipal e nunca nos disse que reduzia em 60% ou 70% o estacionamento, que e também não o terá dito aos Senhores Vereadores.-----

----- Enquadrando este ponto, e para início de discussão, eram estas as questões que gostava de ver esclarecidas pelo Senhor Presidente da Câmara. Que implicação tem este projeto, e outros, ao nível do estacionamento e da mobilidade na vila de Coruche.-----

----- Também gostava de saber qual é a posição do Senhor Presidente da Mesa sobre este projeto, pela responsabilidade que tem como Presidente do órgão deliberativo, e também a posição que tem relativamente aos outros projetos.-----

----- **O Presidente da Assembleia solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, pelas zero horas.**-----

----- **A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos.**-----

----- De seguida, passou a palavra ao Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Caros Deputados, como acabaram de perceber, com esta leitura exaustiva do Senhor Deputado Francisco Gaspar para responder às questões colocadas, eventualmente, teríamos de contratar a Vasco da Cunha ou outra empresa qualquer de consultoria.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Tendo em conta as questões que foram aqui elencadas constantemente pelo PSD, só falta perguntar qual é que é o impacto que tem a redução de estacionamento na taxa de natalidade. Provavelmente foi por esquecimento ou por lapso. Mas irão colocar com certeza, em momento oportuno, questões do género.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Não se enerve. Responda ao que lhe perguntaram.-----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Eu já lhe disse para ser educado. Se quiser respeitar, respeita. O Senhor Deputado intervém e ninguém lhe diz nada. Expôs os seus argumentos da forma como entendeu. Eu também posso expor os meus da forma como entendo, fazendo por respeitar sempre os Senhores Deputados.-----

----- O projeto do Largo Porto João Ferreira foi apresentado publicamente à população no Auditório do Museu Municipal.-----

----- Depois na reunião de Câmara de 27 de agosto de 2014, foi aprovado o projeto e, ainda, a própria empreitada. Mais tarde, na reunião de 8 de outubro de 2014, foi aprovada a minuta do contrato de execução da empreitada. Ambas as deliberações foram aprovadas por unanimidade. -

----- Quando os projetos são aprovados, ou quaisquer outros documentos, os Senhores Vereadores, não obstante a documentação que lhe é enviada por mail para consulta, e admito que em circunstâncias de maior complexidade ou de maior aglomeração de documentos que são enviados não sejam os suficientes para essa consulta, podem sempre consultar os projetos que vão a discussão na Câmara. Aliás, os Senhores Vereadores que não estão a tempo inteiro no executivo têm direito a tempo disponível para poderem consultar esses mesmos processos. Nunca lhe foi negada essa acessibilidade e podem fazê-lo.-----

----- Não obstante isso, e ainda para sanar todas essas dúvidas, neste ano e meio de mandato tenho vindo a fazer a apresentação de projetos da autarquia. Este projeto e outros foram também apresentados a todos os Senhores Vereadores, numa reunião informal que houve na Câmara.-----

----- Essa questão, Senhor Deputado, para mim não existe, os Senhores Vereadores são conhecedores e se não são conhecedores têm de fazer por ser conhecedores. Não venham depois colocar questões de propaganda.-----

----- Esclareci, dentro do conhecimento que tenho deste projeto, e sobre o que vai acontecer relativamente a esta obra.-----

----- Dizer o esforço e a atenção que tenho exercido sobre esta obra, pois está a decorrer e o estacionamento continua a ser permitido, isto é, não obstante o decurso da obra o empreiteiro vai-se ajeitando, ora para um lado, ora para o outro, de forma a permitir espaço para o estacionamento de moradores e outros munícipes que frequentem esta zona.-----

----- Tentei informar-me, na envolvência daquelas ruas adjacentes, se este ligeiro constrangi-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

mento teria criado nas ruas adjacentes algum condicionamento mais acentuado e disseram-me que efetivamente não se nota. -----

----- Só para vos dizer da transparência e da forma como estas coisas são tratadas. Havia uma proposta no âmbito da obra, em que o empreiteiro apresenta um projeto de sinalização que contemplava o encerramento da rua do Museu Municipal. Houve um esforço no sentido de contactar o proprietário da parcela existente, que não tem neste momento construção, para que o trânsito continuasse a circular naquela rua, tendo em conta que existe um centro médico e vários serviços na Rua Direita. Todas estas situações foram acompanhadas.-----

----- Em 2002 foi aprovado na Câmara Municipal o projeto que tinha a ver com o Plano de Tráfego de Coruche e o PSD tinha o lugar de vereação no executivo, tinha responsabilidades. ----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Ou o Vereador que hoje é Presidente de Junta de Freguesia. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Ò meu caro amigo Senhor Deputado, se quiser continuar eu calo-me. Ninguém aqui não percebeu. -----

----- Dizia eu que é importante que se saiba que o Plano de Tráfego prevê o seguinte: -----

----- Aumentar a produtividade do estacionamento por intermédio de tarifação; -----

----- Melhorar percursos pedonais entre o Centro Histórico e o Parque do Sorraia; -----

----- Aumentar a atratividade da deslocação das pessoas a pé;-----

----- Individualizar os lugares de estacionamento, ou seja, ordenar o estacionamento; -----

----- Criar barreiras físicas em local onde o estacionamento é ilegal e é frequente, por exemplo, no Largo de São Pedro; -----

----- Criação de plataformas de cargas e descargas junto dos estabelecimentos comerciais, ou seja, para que houvesse melhor acessibilidade aos estabelecimentos comerciais; -----

----- Criação de uma zona pedonal que privilegiasse o trânsito automóvel.-----

----- Tudo isto está no Estudo de Tráfego de 2002. -----

----- Para melhor entendimento destas questões é preciso percebermos o enquadramento e o enquadramento tem a ver com os estudos que é preciso fazer e com os quais temos de estar de acordo. As coisas não são feitas ao acaso, são feitas porque estão todas relacionadas.-----

----- Queria apresentar-lhes essa relação, pelo que, há pouco, pedi a alteração do ponto, vão perceber agora a razão desse pedido. Vão acusar o Presidente da Câmara de ser demorado e um bocadinho maçador nas apresentações. -----

----- De seguida, o Presidente da Câmara fez uma apresentação de projetos e obras para reabilitar, revitalizar e dinamizar Coruche, através de diapositivos, tendo proferido o seguinte: -----

----- Quanto à intervenção no Parque do Sorraia, está relacionada com os planos de mobilidade e de acessibilidade, como tiveram todas as intervenções da frente ribeirinha de Coruche, onde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

está contemplada esta obra.-----

----- Algumas das intervenções que se irão fazer no futuro vão ser apresentadas à discussão pública, como foi a apresentação do projeto do Largo de São José da Lamarosa, onde o Senhor Deputado Francisco Gaspar esteve presente. -----

----- Esta estratégica integrada de reabilitação e de ordenamento, se não for integrada, se não for sustentada, a CCDR e os organismos que coordenam o ordenamento do nosso território vão dizer-nos que estamos a fazer intervenções desgarradas, descontextualizadas, que não cumprem os planos de acessibilidades e os planos de sustentabilidade. -----

----- Também esta intervenção no Largo Porto João Ferreira se enquadra no que eu estou a dizer, isto é, está estruturada naquilo que designamos como plano estratégico de reabilitação do espaço público e que, obviamente, há-de contagiar de forma positiva a atuação do privado. -----

----- Estas coisas não acontecem por acaso ou porque nos lembramos agora de fazer esta obra. Estão enquadradas neste plano estratégico de reabilitação do espaço público, que envolve uma série de situações, não só estas que já estão efetuadas, mas as que se irão realizar. -----

----- Algumas notas que têm a ver com as questões que foram colocadas relativamente aos incentivos ao comércio: -----

----- Da informação que tenho, e presumo que seja a correta, fecharam 7 lojas até 2014 e de 2014 até agora abriram 12 estabelecimentos comerciais. Não sei se vão fechar daqui a dois ou três meses, essa previsão não a tenho, mas há mais estabelecimentos abertos em Coruche. -----

----- No que toca a incentivos, estamos na linha da frente no apoio ao nosso comércio tradicional. -----

----- Se quisermos encontrar aqui um facto político, encontraremos forma para descobrir um facto político. -----

----- Esta requalificação do espaço público para a melhoria das acessibilidades favorece o desenvolvimento económico e cultural dessas mesmas zonas e estabelece, ainda assim, uma relação entre a melhoria do espaço exterior urbano. -----

----- Relativamente ao edifício para reabilitar e arrendar, a sua requalificação foi candidata ao eixo 2 - desenvolvimento urbano - política das cidades e parceiros para a regeneração urbana. -----

----- Este projeto teve uma outra aprovação, sem qualquer tipo de celeuma ou dificuldade. Foi aprovado pelo Instituto de Reabilitação Urbana. Ainda não está financiado, foi candidatado à Inalentejo, ao remanescente de utilização dos fundos comunitários que não são utilizados por parte de outras entidades ou de outros municípios. Está qualificado, falta saber se há financiamento. -----

----- Pretende-se criar um espaço que seja, em simultâneo, um espaço acessível para todos, onde as pessoas possam estar, onde possam ter um banco para se sentar, ter uma árvore que lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

faça sombra, mas que possam, em simultâneo, ter um espaço para estacionamento de viaturas. ---

----- Disse na reunião de Câmara, e também ao Senhor Presidente da Assembleia, que ficamos constrangidos com esta situação e com a preocupação das pessoas. Também somos sensíveis e quando nos apercebemos, de certa forma, que isto ia condicionar o estacionamento, pedimos ao projetista para encontrar outra solução que enquadrasse mais lugares de estacionamento, não obstante criar condições de estar, lazer e acessibilidades na praça e qualificando todas as edificações na envolvente. -----

----- Quais são as possibilidades para além daquilo que está previsto no projeto? Vamos, sem alterar o projeto, pois já tem visto do Tribunal de Contas e está candidatado a fundos comunitários (ainda que existisse uma possibilidade de se fazer alterações naquilo que são as acessibilidades e o estacionamento, levaria a que o projeto caísse por terra), fazer ligeiros ajustes naquilo que tem a ver com o mobiliário urbano (bancos, floreiras, papeleiras etc.) para permitir o estacionamento de 32 lugares, se quisermos que seja um verdadeiro parque de estacionamento. -----

----- Atualmente estacionam no parque cerca de 40 carros se estivermos a falar de espaços ao meio e perfeitamente desordenados, desqualificados, que não dignificam em nada esta zona. -----

----- Vamos também criar uma bolsa de estacionamento para o autocarro da Santa Casa da Misericórdia fazer a recolha dos utentes do Centro de Dia e para os autocarros dos transportes públicos. -----

----- Em termos arquitetónicos vai deixar de ser um espaço desqualificado para passar a ser um espaço qualificado e com outra atratividade para as pessoas, mas com a possibilidade dos carros estacionarem. Não é uma alteração substancial em termos de projeto, mas é a criação de condições para albergar mais alguns lugares de estacionamento. Tendo em conta todas estas sensibilidades, ou assumimos que o compromisso é esse ou então assumimos que não requalificamos. -----

----- Não fazíamos a Avenida do Sorraia porque também perdemos lugares de estacionamento. Então não reabilitávamos? A Avenida do Sorraia não está mais bonita e não tem outra dignidade? Eu acho que sim. -----

----- Relativamente ao Jardim 25 de Abril, no âmbito da política que definimos neste executivo, o projeto vai ser também apresentado numa reunião pública para se dar conhecimento daquilo que está previsto em termos de intervenção. O projeto prevê a manutenção das árvores que existem e prevê um conceito novo, maior amplitude do espaço no sentido dos miúdos poderem correr ou jogar à bola e terem uma maior liberdade, existindo caminhos que circulam nas laterais. Prevê-se ganhar altura de escala para se poder observar o rio e a outra margem, um anfiteatro na zona encostada à rotunda e na zona mais central ganhar altura para se subir à avenida sem degraus. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Quanto ao Largo João Felício, se calhar muitos de vós acham que o local está bem. No entanto, os passeios são exíguos, não dão para as pessoas circularem, para a cadeirinha do bebé ou para alguém que tenha mobilidade condicionada por via de uma deficiência. Vamos criar dimensão e escala nos passeios para haver condições de circulação. É preciso reabilitar toda esta área em termos de pavimento e de infraestruturas.-----

----- Relativamente à Praça da Liberdade e ao Edifício dos Paços do Concelho, como todos sabemos, está obsoleto em termos de utilização porque não tem espaço para albergar todos os serviços. Vamos requalificá-lo, mantendo as fachadas e respeitando toda a arquitetura e criando um novo piso que albergará toda a área técnica e ainda alguns gabinetes.-----

----- Quando alguém pensa intervir num espaço não é para estragar esse espaço ou penalizar a sua contextualização.-----

----- Trata-se de um espaço nobre que tem todo este conteúdo histórico, cultural e até emocional, que está ladeado por um muro. O projeto prevê a transferência do Pelourinho para o sítio original, onde atualmente se encontra um arbusto, retirar os muros que ladeiam a Praça da Liberdade, criar uma escadaria de acesso ao edifício e à praça, integrar as esplanadas no outro lado da rua, poderá ter uma queda de água e zonas de sombreamento e manter áreas de estacionamento. -

----- Temos que estabelecer aqui um compromisso, aquilo que era o ideal era fazer o estacionamento subterrâneo e o arranjo a nível superficial, fica esta ideia.-----

----- Quanto ao Centro Histórico - Percurso Pedonal, se olharmos para toda esta ligação desde a igreja matriz até ao Largo de Santo António, percebemos que este trajeto é um eixo estruturante do nosso Centro Histórico. Existe a situação de passeios que não têm dimensão em termos de acessibilidade. A intenção é reabilitar e requalificar. Somos um pouco avessos à mudança, é uma questão cultural e de identidade. Pensamos que a envolvência da igreja matriz está bem assim, com a escadaria e os carros a passar à frente. Mas pensem com uma praça à frente com espaço para convívio e encontro e com o trânsito a entrar pela parte de cima. Também vamos fazer um sistema de saneamento numa rede separativa para o esgoto doméstico e para o pluvial ao longo da rua.-----

----- Privilegiar o automóvel é fundamental nas nossas vidas, temos a consciência que a questão do estacionamento é fundamental.-----

----- É o que estamos a fazer no âmbito das ARU. Foi preciso identificar todas as zonas sem edificações. Por exemplo, entre a Rua Direita e a Rua da Música existe um espaço que está vedado de forma descaracterizada e a intenção é que esse espaço tenha aproveitamento para estacionamento. Estamos a desenvolver contactos com os proprietários para podermos utilizar esse espaço enquanto não for edificado, ou seja, criar dentro do Centro Histórico uma bolsa que permite estacionar. Na Rua do Couço também existe um espaço que poderá ser requalificado de forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

simples para uma bolsa de estacionamento. É esse o objetivo que estamos a levar a cabo como soluções alternativas. Quanto ao espaço de estacionamento da Misericórdia, nas traseiras da Igreja de São Pedro, sendo o mesmo reabilitado e requalificado pode albergar um parque de estacionamento. -----

----- As intervenções são continuadas, não são imediatas. -----

----- Somos sensíveis a estas questões. Quando nos apercebemos desta situação relativa ao Largo Porto João Ferreira, de imediato solicitámos que fossem feitos alguns ajustes e melhoramentos para que se acomodasse mais e melhor o estacionamento. -----

----- O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Dias referiu: Como é do conhecimento de grande parte dos Deputados Municipais, na última sessão da Assembleia Municipal já tinha levantado a questão deste parque de estacionamento. -----

----- Quando conheci o projeto suscitou-me algumas dúvidas em relação às execuções. -----

----- Penso que, na altura, manifestei a minha concordância quanto à requalificação do Centro Histórico, nomeadamente do Largo João Felício e do Largo Porto João Ferreira. Acho que, de facto, faz todo o sentido que haja uma requalificação. No entanto, obviamente que há aqui opções. -----

----- Foi feita uma requalificação na Avenida do Sorraia com uma opção e as pessoas podem gostar ou não gostar. Pessoalmente gosto, mas há quem não goste. -----

----- Acho que a requalificação em discussão podia ter sido feita de outra maneira. -----

----- Seguramente que se pusermos o projeto da Praça da Liberdade a concurso em dez arquitetos, os projetos serão completamente diferentes, bem como seria o projeto do Largo Porto João Ferreira. -----

----- Obviamente que há uma opção. Vamos valorizar o quê? Vamos valorizar o estacionamento? Vamos valorizar as zonas pedonais? Obviamente que há restrições, mas há naturalmente várias opções, tal como houve na Avenida do Sorraia. Como já disse, pessoalmente gosto, mas acho que teria sido aconselhável valorizar mais o estacionamento. -----

----- Quando temos uma aposta clara no turismo e na pista de pesca, na qual eu até me revejo, temos de criar condições para quando há concursos de pesca. Aquele estacionamento torna-se bastante exíguo. -----

----- Foi feita uma requalificação com a qual eu me revejo, mas reconheço que se deveria ter apostado um pouco mais no estacionamento e havia condições para isso. Foi uma opção do executivo, temos que respeitar. -----

----- Não sei se a Câmara fez algum estudo. Penso que os quadros da Câmara são suficientes para perceber qual é o número de veículos que estacionam desordenadamente e que não dignifi-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

cam a zona.-----

----- É inevitável uma redução de lugares de estacionamento, temos que compreender, agora essa redução que está prevista é muito subjectiva se não formos confrontados com várias opções.-----

----- Não concordo que esta seja a única e a melhor opção. É a melhor opção para quem a decidiu, mas pode não ser a melhor opção. Seguramente que arranjávamos um técnico que conseguisse meter mais lugares. De facto, aquilo que está ali não é nada, não nos dignifica.-----

----- Tudo isto foi feito com base num plano estratégico de 2002, mas esse tipo de planos são falíveis, esse plano pode já não estar ajustado porque tem doze anos, ou até pode estar. -----

----- Preocupa-me bastante esta situação e falei com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Presidente da Assembleia sobre este tipo de dificuldades que vão ser criadas em relação às obras. -----

----- Temos um Museu Municipal que precisa de estacionamento. Faz-se uma reunião no auditório e vamos estacionar no Parque do Sorraia? Não é funcional e não é prático.-----

----- Percebo perfeitamente que a Câmara queira valorizar o centro, mas não podemos esquecer que há alguns condicionalismos e, por outro lado, não há alternativa no Parque do Sorraia. ---

----- Em relação à requalificação da igreja Matriz, onde é que as pessoas estacionam quando vão à missa? Hoje, todas as pessoas se deslocam de carro. Muito poucas pessoas residem no centro da vila, por exemplo, nesta rua não moram 20 pessoas, quase ninguém vive aqui infelizmente. As pessoas dos Foros de Coruche ou do Bairro da Areia vêm a pé? Não vêm. Param o carro como fazem hoje em cima dos passeios?-----

----- O Senhor Presidente da Câmara falou na possibilidade de fazer um parque subterrâneo. Acho que faz todo o sentido. Poderá ser um investimento considerável, mas se calhar é uma opção. Vamos tirar da rua os carros, vamos requalificar, mas vamos dar às pessoas espaço para poderem estacionar os carros. -----

----- Vamos retirar o estacionamento do Largo de São Pedro. Existem farmácias na zona, onde vão as pessoas estacionar o carro?-----

----- Revejo-me e fico feliz em saber que vamos requalificar, mas o estacionamento é fundamental. Os técnicos municipais têm de perceber qual é a necessidade que há de estacionamento, neste momento, e ainda quantos lugares há no centro da vila e quantos é que vão ficar. -----

----- Pode-se tornar uma situação complicada em termos empresariais.-----

----- O facto destes projetos serem enquadráveis nestes planos não nos garante que estejam bem feitos.-----

----- Obviamente que quem aprova os projetos, tem um plano que foi aprovado em 2002, mas nada me garante que estejam bem feitos e que seja esse o enquadramento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Não querendo fazer disto um facto político, não é essa a minha opção, de maneira nenhuma, acima de tudo estou preocupado porque são investimentos com alguma dimensão e depois se quisermos fazer alterações não é possível. -----

----- Por estar aprovado um projeto, vamos fazer a obra se não for uma boa opção? Infelizmente, em Portugal temos muitos casos desses por parte do Governo Central, muitos investimentos, alguns com participações até 80% da Comunidade Europeia, que são elefantes brancos que para nada servem. -----

----- Em Coruche a Câmara tem feito uma gestão criteriosa em termos financeiros, gostava que fosse feito também em termos de ordenamento porque é uma preocupação que existe. -----

----- Estas são as minhas preocupações. Não sou de maneira alguma contra as alterações, mas, de facto, o que existe não dignifica. Revejo-me nalguns destes projetos, mas acho que têm de ser criteriosamente analisados. -----

----- A Deputada Municipal Sofia Marques referiu: Acho que há males que vêm por bem e que esta morosidade na apresentação dos projetos também trás aspectos positivos no sentido de realçar o que é importante prever e tentar acautelar para que não se repitam alguns erros. -----

----- O Parque do Sorraia foi o primeiro exemplo que surgiu de maior dimensão. Para mim é um projeto que desde cedo me suscitou algum conflito. Não é a imagem que eu seguisse, sendo a nossa Expo 98 em miniatura. -----

----- Houve a exposição pública, estive presente e intervim. Acho que havia coisas que deviam ter sido salvaguardadas. Os projetistas têm de avançar, mas têm de ter em atenção, sobretudo, o equilíbrio entre o que é antigo e o que é moderno. -----

----- Efetivamente, queremos Coruche melhor, mas queremos qualidade de vida, conforme referiu o Deputado do PSD. Estacionar o carro é importante, daí que temos de criar as condições para quem cá vive e para receber. -----

----- Nem tudo o que é moderno e que está em projeto é positivo. -----

----- Lembrei-me de um exemplo, o nosso “Zé Tadeia”, foi renovado e não foi por isso que recebeu mais pessoas e hoje está degradado, o que me entristece. -----

----- Claro que nem em tudo o que renovamos acontece a mesma situação, mas acho que é importante haver um equilíbrio. -----

----- No aspeto paisagístico de sentir os lugares, em muitos dos projetos isso não está a ser respeitado e, se calhar, é por isso que cada vez mais não me identifico com Coruche, com o Centro Histórico e com a Agolada. -----

----- Quero salvaguardar, que em termos de memória futura, o passado não seja esquecido e não se deixe ao abandono. O que é nosso também faz parte do passado, é para manter. Por exemplo, a palavra Rossio, hoje em dia eu já não a oiço, custa-me um bocado perceber isso. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Rossio era um espaço público que também era usado enquanto feira, enquanto mercado e para outras atividades e, hoje em dia, é um espaço demasiado movimentado, demasiado urbano para aquilo que é nosso, que é Coruche.-----

----- Era só isto que eu queria salvaguardar em memória do povo de Coruche, no qual, por enquanto, ainda me revejo. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Contestar os melhoramentos do espaço do Largo Porto João Ferreira faz-me lembrar quando em tempos se contestava e se discordava com a revitalização do Parque do Sorraia. O que se disse sobre a rotunda. O que se disse de se retirar aquele armazém. Era só lama, pó e árvores caducas. Todos nos lembramos como era. Foi uma contestação incrível e esta última intervenção, francamente, faz-me recordar isso. O que é que tem em termos de Rossio. Para mim o nome está melhor, Parque do Sorraia, pois liga, de facto, a vila com o Sorraia. Francamente, quando começaram as obras todos nos lembramos do que se dizia, que na rotunda não passavam os camiões, que tiravam as casas de banho, como se nós quando fazemos uma mudança numa casa nossa não alterássemos as casas de banho. A guerra que se fez disso.-----

----- Francamente, estão hoje a contestar o melhoramento do Largo Porto João Ferreira e depois vão contestar os outros também. -----

----- Ouvi aqui em concordar com o parque subterrâneo, eu também concordo. -----

----- Quando os meus amigos me vêm visitar, faço questão de os levar ao Parque do Sorraia, é uma sala de visita.-----

----- Penso que Coruche já melhorou muito e precisa de melhorar ainda mais, admito perfeitamente, tem de se chamar a atenção para alguma coisa que se calhar tem de ser alterada. Acabámos de ver que este projeto foi, de facto, ajustado em termos de estacionamento. Melhorou-se muito, mas há mais situações desordenadas sem estacionamento. Há coisas que, de facto, têm de ser ordenadas. Temos de devolver estes espaços às pessoas com o ordenamento das viaturas.-----

----- Desde 2002 que Coruche melhorou e vai com certeza melhorar mais. -----

----- A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Queria começar por desejar a todos um bom ano. Dizer que a apresentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara foi bastante clara. -----

----- Dizer também que foi muito oportuno este agendamento por parte do PSD, permitiu não só elucidar esta Assembleia Municipal sobre o projeto do Largo do Porto João Ferreira, mas também elucidar a Assembleia Municipal sobre aquilo que é um plano, que é uma política, que é uma estratégia do executivo do Partido Socialista desde 2002 até hoje.-----

----- É importante não só perceber os projetos na sua totalidade, mas percebê-los no contexto em termos de revitalização e de regeneração urbana.-----

----- Sabemos que a intervenção no espaço público é importante para o desenvolvimento das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

vilas e das cidades. A intervenção no Centro Histórico é fundamental num concelho desenvolvido. É necessário no Centro Histórico uma maior qualidade de vida, sendo a primeira preocupação para quem tem de tomar decisões. Uma das primeiras preocupações para quem tem de intervir no espaço público é perceber essa intervenção para quem lá reside. -----

----- Estamos habituados ao longo deste mandato a essa preocupação por parte do Senhor Presidente da Câmara. Há pouco recordou a apresentação que ele fez na Lamarosa de um projeto de requalificação que mexe com a vida das populações, em que se ouviu a população e em que se farão os ajustes necessários. É esta a primeira preocupação para quem, neste momento, tem a liderança da Câmara Municipal de Coruche (à semelhança do que tem sido feito em projetos anteriores e que foi aqui demonstrado).-----

----- Penso que tem sido meritório para os coruchenses esses projetos, pese embora tenham tido alguma discussão. A discussão é normal, faz parte, mas a verdade é que esses projetos melhoraram significativamente a qualidade de vida de quem cá vive, de quem cá investe e de quem nos visita.-----

----- Não podemos viver isolados, é óbvio que temos de ter essa preocupação para os residentes, mas também não podemos esquecer que hoje Coruche é um pólo de atratividade para a região e até a nível nacional. -----

----- Recordar que a intervenção no Parque do Sorraia é hoje tomada como exemplo em determinados seminários sobre regeneração urbana, como uma das melhores. -----

----- É importante preocuparmo-nos com os carros, mas como disse o arquiteto na Lamarosa, todos os condutores antes de serem condutores são peões, daí que temos de ter atenção àquilo que são as acessibilidades e as barreiras urbanísticas. -----

----- Quanto ao Largo Porto João Ferreira, daquilo que percebi da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, se fosse um parque de estacionamento ordenado teria cerca de 40 lugares e com este projeto irá ter 32 lugares. Não é uma perda significativa de lugares de estacionamento e melhora significativamente a qualidade da intervenção para quem cá vive, para quem cá investe e para quem nos visita. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Antes de dar a palavra ao Deputado Francisco Gaspar, dado que o ponto foi agendado pelo PSD e visto que ele também pediu a minha opinião em carta enviada à Mesa, e já respondida, posso dizer que sobre esta matéria, como qualquer cidadão coruchense, congratulo-me com a requalificação do Largo Porto João Ferreira. Para o Presidente da Assembleia Municipal e penso que para qualquer cidadão, para qualquer coruchense, o que se pretende das requalificações destes espaços é que eles sejam sólidos, úteis, funcionais e bonitos, penso que é tudo o que nós queremos dos projetos que a Câmara tem e dos projetos que a Câmara está a desenvolver. Estas são as premissas que eu ponho nessa questão, mas também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

sei que estas também são as intenções da Câmara. Conforme o Senhor Presidente já aqui disse hoje, foi-se à procura de uma solução mais agradável do que aquela que tínhamos inicialmente.--

----- Também sei que alguns lugares de estacionamento se perderam. Mas se não fosse um parque qualificado, não deixaríamos de ter aquela amálgama de viaturas. Às vezes para se passar já não se passava pela direita, tinha de se passar pela esquerda. -----

----- De facto, temos de ter sempre em pensamento, e eu também tenho essa preocupação que o Deputado Gonçalo Dias aqui demonstrou, que é a preocupação de quem precisa de vir a esta zona, de quem trabalha nesta zona e que precisa de lugares de estacionamento e a vila, neste espaço intermédio, não prima, de facto, por lugares de estacionamento. -----

----- Também não posso deixar de reconhecer que foi feito um esforço e uma adaptação do projeto à procura de mais lugares e isso é de louvar. A Câmara sensibilizou-se e percebeu que eram precisos mais lugares de estacionamento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara também já aqui falou que procuraram-se algumas áreas adjacentes que possam também servir para estacionamento. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, como qualquer cidadão coruchense e como o Senhor Presidente da Câmara, certamente que também está preocupado com o estacionamento dos cidadãos. Não estou tão preocupado com o cidadão que deixa lá o carro o dia inteiro, mas sim com o cidadão que vem tratar de coisas e que está estacionado uma hora e depois sai. Essa é também a preocupação que eu tenho, manifestei-a ao Senhor Presidente da Câmara, ele foi sensível e também entendeu que se devia procurar mais lugares naquele espaço do que aqueles que estavam inicialmente desenhados. -----

----- Mas também vou dizer-vos aqui uma coisa. Já foi aqui dito por um Deputado, penso que pela Mara Coelho, que por vezes estas requalificações fazem-se muito na óptica dos residentes e da valorização da melhoria dos bens envolventes a estas requalificações. Não tenhamos dúvidas que os edifícios que estão na margem daquela requalificação da ex-manga de touros, têm hoje um valor muito superior ao que tinham antes da requalificação. Não tenhamos ilusões, o valor imobiliário hoje é superior ao que era aqui há dois ou três anos. Mas também já ouvi de alguns moradores daquela zona que estão fartos de parque de estacionamento à porta, pois de cada vez que querem sair de casa, cai-lhe um carro. Também há esta vertente e que se tem de trazer para esta discussão. -----

----- Sei que é uma discussão complexa. É uma mudança e nem todos nos adaptamos às mudanças. Eu também sou resistente como todos os cidadãos, não há ninguém que não seja resistente às mudanças. -----

----- Tenho quase a certeza que vai ser encontrado um equilíbrio entre aquele parque e a procura de mais estacionamento adjacente dentro desta zona. O Senhor Presidente da Câmara já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

aqui o disse hoje. Que possamos, de facto, encontrar um equilíbrio em termos de espaços nesta zona para quem vive, para que os espaços comerciais se possam manter e ter condições para receberem quem os procura nas suas atividades comerciais e empresariais. -----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Dias referiu: Em relação ao projeto de recuperação do Edifício dos Paços do Concelho, estamos a falar de um edifício no Centro Histórico de Coruche, de um edifício emblemático, dos mais antigos e que é uma referência. Uma intervenção num edifício destes é perfeitamente melindrosa porque vai ter impacto no Centro Histórico. Já está aprovado pelo IGESPAR? Em que pé é que está esse projeto?-----

----- **A partir deste momento os Deputados Municipais Armando Rodrigues e Rui Aldeano deixaram de participar nos trabalhos, pela uma hora e dez minutos, do dia vinte e oito de fevereiro do corrente.** -----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e cinco membros.**-----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado Municipal Francisco Gaspar. ----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Nós agendámos esta questão não foi para colocar em causa a requalificação deste ou de outro qualquer espaço, mas sim para conhecermos os impactos desta requalificação. -----

----- Agendámos este assunto não por uma questão política, mas pela questão do futuro da nossa terra estar aqui em discussão e para que pudesse ser discutido por todos os Deputados e, também, para o próprio executivo poder perceber e ouvir as opiniões dos partidos com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Foi aqui referido que este agendamento foi pertinente. Naturalmente que consideramos que foi pertinente, permitiu elucidar esta Assembleia e era exatamente essa a ideia que nós tínhamos – de elucidar a Assembleia sobre o que estava previsto para o futuro de Coruche. -----

----- Falou-se também de contestar projetos. A ideia não era de contestar projetos, a ideia era exatamente o contrário, era perceber para podermos de alguma forma intervir e ajudar a construir um concelho melhor. -----

----- Agora que o Senhor Presidente da Câmara não respondeu às questões, não respondeu. Nada disse. Em relação à grande maioria delas ficámos a saber que não sabe quais são os impactos que podem advir deste projeto, não sabe quais são os impactos económicos com esta requalificação, não sabe qual é o impacto nos negócios locais, não sabe qual é o impacto nos programas que tem de fixação da população e nem sequer nos disse quantos lugares de estacionamento estão em risco ou iremos perder com este projeto. -----

----- Portanto, o Senhor Presidente da Câmara falou durante 45 minutos, mas não respondeu às questões colocadas pelo agendamento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara também falou em relação à Lamarosa. Eu estive na La-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

marosa, com muito gosto, e estarei sempre que souber da apresentação destes projetos, mas gostaria só de recordar que foram levantadas várias questões pela população e é curioso que as várias questões que foram levantadas andam exatamente em torno daquelas que nós estamos a discutir neste momento, é os espaços onde se vai estacionar e como se vai circular. Estas foram verdadeiramente as questões e as preocupações que ouvimos. Também referir, que o arquiteto que fez a apresentação do projeto, quase todos os exemplos que deu sobre a Lamarosa comparou-os com Lisboa, em relação à segunda circular e ao Terreiro do Paço. Deveria estar a pensar no aeroporto de Coruche para meter pessoas no Largo da Lamarosa como o aeroporto de Lisboa mete pessoas no Terreiro do Paço. -----

----- Como não faço a mínima ideia de quem é a Vasco da Cunha que o Senhor Presidente da Câmara referiu, mantêm-se a questão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição tem naturalmente de responder às questões que os partidos com este direito lhe colocam, porque Coruche não está fora da lei. -----

----- Depois, não percebemos, também, como aparece aqui a ligação do Estudo de Tráfego de 2002 às obras em curso, até porque a grande maioria das alterações e sugestões referidas no Estudo de Tráfego não foram implementadas até este momento. Recordo-me muito bem do tempo que investimentos nesta Assembleia Municipal a ver o Estudo de Tráfego que foi aqui apresentado. Recordo, ainda, quanto à gestão do tráfego da vila, que não foram seguidas nenhuma das recomendações desse Estudo de Tráfego. Acho estranho que sirva para umas coisas e não sirva para outras. O Estudo de Tráfego era importante, mas hoje pode ser ou não atual nalgumas coisas. Passaram treze anos, portanto, fazer daquilo letra de lei daqui para a frente não me parece que seja uma forma correta de gerir o Município.-----

----- Não posso deixar de referir, por exemplo, quanto ao prédio que a Câmara quer requalificar, onde é que aquelas pessoas vão estacionar os seus carros? É nos trinta lugares? Foi referido que atualmente estacionavam no parque quarenta carros. Não há muito tempo, eu contei setenta carros. Realmente estão desordenados, não vamos voltar atrás, mas ainda se conseguia estacionar mais alguns carros. Vão ficar trinta lugares, mas se aquele prédio estiver cheio é necessário mais estacionamento. Fica essa questão que não foi respondida. Talvez tenhamos de perguntar a essa empresa que o Senhor Presidente da Câmara disse, a tal Vasco da Cunha. -----

----- Penso que é importante referir que requalificar a vila e torna-la mais apelativa, mas não podemos esquecer quem cá vive, quem cá trabalha, quem cá paga os seus impostos e quem cá tem os seus negócios.-----

----- Portanto, sou a favor das requalificações, mas acho que temos de ter em conta este papel para as pessoas que cá estão. Não é com duas ou três bolsas de estacionamento, cada uma com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

três ou quatro lugares, que se resolve este problema. O Senhor Presidente da Câmara, infelizmente, nem sequer nos foi capaz de dar a dimensão da perda de lugares de estacionamento com todos estes projetos.-----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer responder a alguma questões. Faça favor. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Senhor Presidente, já fechámos o ponto. -----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: Foram feitas algumas perguntas.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Não fiz pergunta nenhuma ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Fiz o encerramento do ponto. -----

----- Quando o Senhor Presidente fecha os pontos, não se volta a intervir. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: O Deputado Gonçalo Dias fez também uma ou duas perguntas. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Foram colocadas questões daqui e dali.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Não tem sido esta a norma. Então a partir de agora o Senhor Presidente fecha os pontos da Ordem de Trabalhos e nós voltamos a intervir? Senhor Presidente dite para a ata que daqui para a frente é este o procedimento. -----

----- Senhor Presidente é este o procedimento? A questão que estou a colocar é se daqui para a frente, após o fecho dos pontos, nós voltamos a intervir?-----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Neste caso são pedidos de esclarecimentos e o Senhor Presidente da Câmara vai intervir. Faz favor, Senhor Presidente. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Isto é uma vergonha. Prepotência da maioria. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: É a demagogia da oposição. Demagogia é o que o Senhor Deputado tem estado a fazer sobre este assunto.-----

----- Não estava a contar levar com a resposta, levou as respostas.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Falou durante 45 minutos e não respondeu às questões. Teve 45 minutos para responder, mas não quis responder às questões. Isto é uma vergonha. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Quanto às questões que foram aqui invocadas, dizer ao Senhor Deputado Municipal Francisco Gaspar que as respostas foram dadas no âmbito do direito de oposição.-----

----- Não quer ouvir, vá embora. Depois não diga que não sabe, que desconhece.-----

----- Vou responder para as pessoas que querem ouvir. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Senhor Presidente, há mais pessoas a abandonar esta Assembleia.-----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Está no Regimento que depois da meia-noite sai quem quer e não se corta a senha de presença. Quem quiser sair pode sair. Acho que não fica bem a qualquer Deputado Municipal abandonar a sala sem terminar a sessão, mas as pessoas são livres de o fazer.-----

----- **A partir deste momento os Deputados Municipais Fernando Serafim, Ana Oliveira e Ortelinda Graça deixaram de participar nos trabalhos, pela uma horas e vinte e três minutos, do dia vinte e oito de fevereiro do corrente.** -----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e dois membros.** -----

----- O Presidente da Câmara continuou a sua intervenção: -----

----- Naquilo que tem a ver com áreas de estacionamento, falou-se nomeadamente no edifício para requalificação e reabilitação urbana. A intenção é que a construção de edifícios novos, ou na requalificação de edifícios, possam ter áreas de estacionamento, à semelhança de outros edifícios que já foram construídos. Que possam alojar áreas de estacionamento, porque só assim podemos fazer face à carência de estacionamento no espaço público. Mas quando as pessoas adquirem apartamentos em que as áreas de estacionamento não sejam agregadas, e isso às vezes verifica-se, as pessoas não são obrigadas a comprar as áreas de estacionamento, logo o edifício cumpre em termos de área de estacionamento, mas ao comprador não é vendido. Penso que não está correto.-----

----- Relativamente à questão da pesca que foi colocada pelo Deputado Gonçalo Dias, obviamente que isso é como tudo. Quando temos as Festas do Castelo também não há áreas para estacionamento ou quando temos uma corrida de touros o Parque do Sorraia não chega porque está cheio. Quando falamos de concentração, não há áreas de estacionamento que cheguem, nem as de maior dimensão, isso é mesmo assim. Se passarmos lá a esta hora, estão dez ou doze carros, mas durante o dia estão lá 40 carros.-----

----- Estamos a falar de uma redução de 40 para 32 lugares de estacionamento ordenado, é disso que se trata. O princípio é - ou queremos ter uma área onde as pessoas saem das suas casas e saem para cima do pára-choques do automóvel estacionado à porta, ou queremos ter uma área que, de facto, permita que as pessoas possam circular livremente sem ter de sair diretamente para um parque de estacionamento, isso é que é importante perceber.-----

----- Relativamente ao Edifício dos Paços do Concelho e à Praça da Liberdade, obviamente que o projeto já foi submetido à apreciação, porque é uma área com importância em termos históricos que está classificado enquanto Centro Histórico e também é área de ARU. Precisa dessa aprovação por parte do ex-IGESPAR. Daquilo que é a conceção arquitetónica do projeto, foi trabalhado e também foi tratado esse assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Quanto à intervenção da Deputada Sofia Marques, fiquei um bocadinho atónito. Segundo creio saber, a Deputada é arquiteta paisagista, e vindo de alguém com tal formação, que faz uma abordagem como fez sobre este projeto, eu diria que não tenho mais nada a dizer. -----

----- A Deputada Municipal Sofia Marques afirmou: Mas eu posso explicar-lhe. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Aliás, atrever-me-ia quase a fazer-lhe um desafio depois da minha explanação sobre a concessão dos projetos que já foram feitos na vila de Coruche e os que se irão realizar. -----

----- A Deputada Municipal Sofia Marques afirmou: Não discordo do projeto. Acho é que tem de haver um equilíbrio maior e que não está a ser tido em conta. -----

----- Não discordo da requalificação. Como é óbvio, todos nós queremos requalificar. -----

----- Quando expomos publicamente os projetos temos de saber ouvir para compreender algumas críticas construtivas. Se há uma discussão pública, esta deve ser tida em conta e não só as decisões técnicas. -----

----- Sendo eu técnica, também sei responder a isso. Na Universidade de Évora tenho também o apoio de arquitetos paisagistas com quem já abordei alguns assuntos e que concordam comigo. Certos projetos são demasiados desapropriados. Não discordo, só acho que tem de haver algum equilíbrio e tem de haver o espírito que existe e que se deve manter. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Não consigo conceber, naquilo que tem a ver com os conceitos arquitetónicos de acessibilidade e de mobilidade enquadrados no âmbito paisagístico, que se consiga fazer uma intervenção fazendo refletir o histórico existente ao espaço. O histórico que existe é nada, é péssimo, é mau, é alcatrão. -----

----- **PONTO NOVE - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-**
Foi presente o Relatório da Atividade e Situação Financeira do Município, no período compreendido entre 20 de novembro de 2014 e 18 de fevereiro de 2015, o qual fica como anexo, fazendo parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara destacou os seguintes aspetos: -----

----- Estão a decorrer cinco concursos para dez Assistentes Operacionais; -----

----- Iniciaram quatro estágios emprego, sendo dois de turismo, um de ensino básico e um de educação; -----

----- Terminaram três estágios emprego, sendo um na área administrativa/bombeiros e dois de turismo; -----

----- Decorreram onze estágios emprego envolvendo doze técnicos superiores. -----

----- Relativamente aos projetos CEI, iniciaram-se seis projetos, envolvendo dez pessoas e três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

projetos com mais cinco pessoas;-----

----- Foram submetidos para aprovação do IEFPP três projetos CEI para mais três pessoas; -----

----- Estão a decorrer mais vinte e um projetos CEI, que no total somam trinta e seis pessoas, as quais nos dão uma ajuda imensa naquilo que são as atividades da Câmara, face à perda de trabalhadores, tendo em conta as aposentações. Temos de recorrer a estas situações, se não temos outro recurso, deixamos de ter condições para fazer as coisas mais básicas, como a recolha do lixo ou a limpeza da nossa vila;-----

----- Foi apresentada uma candidatura ao PEPAL para estágios profissionais: Gestão do Território, Direito, Engenharia do Ambiente, Engenharia civil, Engenharia Florestal e Desporto; -----

----- Situação Financeira do Município – a dívida no momento é de 3.469.044,44 €, face a quatro empréstimos que foram contratados pelo Município; -----

----- No âmbito do que são os programas sociais merece destaque:-----

----- Dinamização do Centro de Apoio ao Conhecimento e Integração no atendimento à população desempregada, para beneficiários do RSI e pessoas à procura do primeiro emprego, desenvolvido pelo nosso Serviço de Ação Social; -----

----- Protocolos com o Centro de Emprego, em que se faz atendimento nas nossas instalações municipais do Rossio, sendo atendidos vinte e cinco munícipes;-----

----- Programas Cantinas Sociais - apoiamos nas nossas IPSS locais setenta e seis pessoas. Para além do apoio que é dado pela Segurança Social, que é insuficiente para a manutenção das cantinas, damos 50 € por utente;-----

----- Programa Casas Com Gente - foi aberto concurso, sendo admitidas quatro candidaturas para apoio ao arrendamento e duas candidaturas para aquisição de habitação na zona do Centro Histórico e das Áreas de Reabilitação Urbana;-----

----- Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos - foram deferidos catorze pedidos e estão em análise mais nove pedidos. Estes apoios servem para pagar medicamentos nas farmácias, refeições escolares, tratamentos de hidroterapia, rendas de casa, etc.; -----

----- Programa de Apoio à Melhoria do Conforto Habitacional - assinatura de quatro contratos para cedência de materiais e a admissão de cinco novas candidaturas. -----

----- Ao nível de outras iniciativas: -----

----- Revisão da Carta Educativa do Concelho - está a ser elaborada no âmbito da CIMLT para os onze Municípios; -----

----- Atribuição de trinta e seis Bolsas de Estudo - assinatura dos termos de aceitação, sendo vinte das bolsas da Câmara e mais dezasseis bolsas do NEOEN. Todas as bolsas foram preenchidas por alunos do nosso concelho;-----

----- Uma referência à passagem do domínio público para o domínio privado do Município de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

uma área no antigo Quartel dos Bombeiros para a “Casa da Gente”, um espaço da Caritas onde serão desenvolvidas atividades de âmbito social com vista à integração e à ocupação de pessoas que têm alguma solidão; -----

----- Florestar Portugal - uma iniciativa que foi desenvolvida na Herdade dos Concelhos, na Erra, no dia 21 de novembro, com um grupo de crianças das nossas escolas e também do Agrupamento de Escolas de Salvaterra de Magos. A propósito disto, queria convidar os Senhores Deputados que queiram participar na campanha de reflorestação da Herdade dos Concelhos, que poderão apanhar o autocarro, pelas 9,30 horas, no Parque do Sorraia, antes Rossio e que continua a ser Rossio, nas instalações municipais. O Parque do Sorraia é a zona infraestruturada; -----

----- Concertos de Natal que decorreram no Salão Paroquial da Igreja da Misericórdia e na Igreja da Misericórdia; -----

----- Atividades de animação de Natal para promoção do comércio local, o comboio de Natal, demonstrações gastronómicas no Mercado Municipal com uma série de entidades e associações. Ainda que não valorizem estas atividades, vamos continuar a fazê-las, porque entendemos que desta forma conseguimos, de facto, criar atratividade para o nosso concelho e ajudar as nossas empresas e os nossos comerciantes; -----

----- Convívio de Natal Inter Geracional - decorreu na Galeria do Mercado Municipal com as nossas associações seniores, envolvendo também as creches e jardins de infância das nossas freguesias; -----

----- I Concurso de Lojas de Natal e o sorteio no âmbito da campanha “No Natal Comércio Tradicional”. Este concurso das Lojas de Natal tinha por base o empenho dos comerciantes relativamente à decoração das suas montras e à forma como faziam o atendimento aos seus clientes. Houve ainda o Workshop no nosso Museu Municipal, apresentado pelo Presidente da Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra, Vítor Sá Marques, com o tema “O Comércio Tradicional nos Centros Históricos. Que futuro?” e Diogo Palha, em representação da NERSANT, com o tema “Empreendedorismo no Comércio Local”. Debater que outras soluções é que existem para estes problemas que são, de facto, transversais a todos os espaços de centros históricos. -----

----- Na campanha “No Natal Comércio Tradicional” estavam previstos dez prémios, com uma verba em compras no nosso comércio tradicional, sendo o 1.º de 1.000 €, o 2.º de 600 €, o 3.º de 300 €, o 4.º de 150 €, o 5.º de 100 € e do 6.º ao 10.º de 70 €. -----

----- Digam que estas iniciativas, com estes valores, não contribuem para ajudar o nosso comércio tradicional. Nós continuamos a acreditar que sim; -----

----- Coruche adere ao ClimAdaPT - é um projeto que visa estratégias municipais para a adaptação às alterações climáticas. É financiado pela União Europeia, ao qual os municípios aderem no sentido de desenvolverem os tais planos de ação que visam aquilo que são, primeiro, uma ra-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

diografia sobre estas alterações climáticas, aquilo que provocam nos nossos territórios e, depois, de certa forma, identificar mecanismos que levem à minimização destes impactos das alterações climáticas. Tem a ver com as questões das cheias, das secas, linhas de água, uma série de situações que devem ser trabalhadas para que possamos inventariar cada uma delas e saber como é que podemos atuar; -----

----- Exposição “José Saramago 90 anos” - esteve patente na Galeria do Mercado Municipal até ao dia 22 de fevereiro. A inauguração teve a presença da Presidente do Conselho de Administração da Fundação José Saramago, Pilar del Rio; -----

----- Seleção Nacional de Futsal Sub19 - jogo entre Portugal/Polónia, no Pavilhão Desportivo Municipal, em que a seleção portuguesa ganhou; -----

----- 5.º Aniversário do Clube Auto Caravanistas - trouxe até ao concelho de Coruche oitenta e sete caravanas, com a participação de duzentas pessoas, que fizeram compras no concelho, as quais tinham condições para estacionar no Parque de Mercados e Feira e em Santo Antonino; ----

----- Carnaval 2015 - com a participação das crianças das nossas escolas do 1.º ciclo, creches e jardins de infância. Teve o seu início com uma concentração na Praça da Liberdade e, depois, um desfile até ao Parque do Sorraia e as crianças ainda assistiram a um circo; -----

----- Obras e projetos: -----

----- Largo São José, na Lamarosa - apresentação do projeto. A sala estava cheia, o que significa que as pessoas têm interesse nestas situações e gostam de as debater e discutir. É importante percebermos, de facto, o que preocupa as pessoas e é importante demonstrarmos-lhes a nossa preocupação pela reabilitação destes espaços; -----

----- Remodelação e Ampliação do Refeitório e Cozinha da EB 2/3 - as instalações estão com capacidade limitada para a confeção das refeições e, também, tinha algumas condicionantes que eram difíceis de alterar. Estamos a falar de uma obra de 200 mil euros e que vamos agora lançar a concurso; -----

----- Arranjos Exteriores do Centro Escolar de Coruche - o custo da obra é de 85 mil euros e tem a ver com a criação de estruturas que permitem resguardar as crianças em termos climatéricos e, também, um corredor coberto até à portaria; -----

----- Núcleo Museológico “Profissões Tradicionais e Património Rural” - é uma obra com alguma morosidade e que tem estado a ser executada por administração direta, no antigo Quartel dos Bombeiros Municipais. A nossa intenção é fazer a sua inauguração no dia 30 de maio, durante a FICOR; -----

----- Jardim de Infância de Santana do Mato - a obra está em fase de acabamentos exteriores, caixilharias e pavimentos; -----

----- Terreno para o futuro Núcleo Escolar da Branca - o projeto está a ser desenvolvido; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Requalificação nos Montinhos dos Pegos - E.N.251 - o projeto está para aprovação da Estradas de Portugal; -----

----- Ampliação do Cemitério da Lamarosa e áreas de estacionamento e acessibilidades - está na fase de qualificação das propostas dos concorrentes relativamente ao preço da empreitada; ----

----- Pavimentação da Rua da Salgueirinha/Malhada Alta - a obra está em curso;-----

----- Substituição de quarenta e três abrigos de passageiros pelo concelho, alguns dos existentes estavam obsoletos e degradados; -----

----- Rua Felicidade Páscoa e Rua do Vale, na Fajarda - na próxima semana está prevista a colocação do tapete betuminoso. Estamos a falar de ruas que estão completamente infraestruturadas, com pluvial, passeios e betuminoso;-----

----- Requalificação da Avenida da Liberdade (2.ª fase da obra, do Centro Social até à Rua 1.º de Maio) - um investimento na ordem dos 103 mil euros; -----

----- Avenida do Castelo - trabalhos por administração direta de reparação e requalificação do espaço envolvente à rotunda e reconstrução do passeio para que as pessoas possam circular; -----

----- Largo Porto João Ferreira - o valor de adjudicação da empreitada é de 433 mil euros e tem um prazo de execução de 240 dias, está em fase de colocação de infraestruturas de saneamento e águas. Continua-se a poder estacionar; -----

----- Centro de Manutenção de Valverde - efetuou-se uma limpeza de desbaste na parte florestal no circuito de manutenção; -----

----- Obrigado pela vossa compreensão, daqueles que tentaram respeitar a apresentação.-----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a introdução feita pelo Senhor Presidente.-----

----- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Valter Jerónimo referiu: Relativamente ao Relatório da Atividade, gostaria de um esclarecimento por parte do Senhor Presidente, sobre os seguintes assuntos:-----

----- Implementação do novo sistema de atas/alteração dos procedimentos (página 2);-----

----- Ações judiciais - processo 166/11.4TB CCH (página 5); -----

----- Alargamento da Zona Industrial do Monte da Barca (página 13); -----

----- Levantamento de edifícios municipais com cobertura em lusalite (página 14); -----

----- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- Sobre o novo sistema de atas, tem a ver com um programa da AIRC, que consiste na elaboração de atas pré feitas, isto é, de forma que os serviços quando produzem um documento permita que o mesmo sirva para ir à reunião de Câmara e que fique todo o seu conteúdo no assunto da ata. Para que quem tem de estar a assistir à reunião de Câmara não tenha de estar a redigir todo o conteúdo descrito nos documentos. É quase como um “copy paste” relativamente a cada assunto e cada informação técnica, que automaticamente fica transcrita na ata e depois só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

são aditados eventuais comentários que sejam feitos no âmbito da discussão do assunto. É para facilitar todo o procedimento de elaboração das atas; -----

----- Quanto ao processo judicial, trata-se da expropriação do terreno onde está instalado o Quartel dos Bombeiros. Se bem se recordam, foi um processo de expropriação que não prosseguiu de forma amigável, isto é, não houve entendimento entre o Município e o proprietário e, portanto, fomos para uma expropriação litigiosa. Foi calculado o valor do terreno pelo coletivo de avaliadores que definiu um determinado valor por metro quadrado, valor esse com o qual a Câmara não concordou e recorreu para o Supremo Tribunal. Imaginem que a proposta, de acordo com a avaliação do terreno, era um valor de 20 €/m² e, face ao potencial construtivo, a comissão constituída por 3 pessoas entendeu que a avaliação do terreno seria de 30 €/m². Isso ia levar a que houvesse um empolamento do valor do terreno; -----

----- Em relação à Zona Industrial, o plano de pormenor da Zona de Expansão da Zona Industrial está aprovado e está em elaboração o projeto de execução que é, no fundo, o projeto que permite o lançamento a concurso daquela obra que contempla a infraestruturização dos lotes com rede de água e esgotos. Falta o projeto de eletricidade. Entendemos fasear a obra e a EDP está a criar alguns obstáculos porque entende que temos de fazer a infraestrutura elétrica toda e não podemos fasear. No entanto, no momento não é adequado fazer tudo, vamos fazer por fases, temos que rever o projeto de eletricidade. Posso adiantar que a negociação com os proprietários do terreno também está resolvida. Conto que as coisas se regularizem a partir da Assembleia Municipal de abril, que é quando fazemos a incorporação do saldo da conta de gerência, para fazer a aquisição do terreno. -----

----- Sobre o levantamento do lusalite, o mesmo foi feito pelo Serviço de Fiscalização. A nível da CIMLT os Municípios estão a fazer este levantamento dos edifícios de forma a que possamos recorrer a financiamento comunitário, num projeto global para os onze Municípios para a remoção das coberturas em lusalite que ainda restam. -----

----- O Deputado Municipal Valter Jerónimo questionou: Quantos edifícios é que temos? -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Não sei de momento, mas posso dar essa informação na próxima sessão. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Esteve presente a Senhora Vereadora Liliana Pinto que solicitou a palavra para defesa da honra, referindo o seguinte: -----

----- Não há outro momento para fazer uma intervenção. Faço-o na qualidade de visada e citada em duas situações que foram hoje aqui referidas. Uma que teve a ver mais propriamente com a votação de um assunto por um Vereador que tem intervenção noutra qualidade naquele assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Foi referido que Vereadores votaram assuntos que tinham a ver com familiares, foi essa a expressão. A verdade é que eu, e é pena os Vereadores da CDU aqui não estarem, mas penso que não se importam que eu fale por eles, sempre que há assuntos que têm a ver com familiares nós não intervimos. A questão não é abstermo-nos na votação, à partida não se vota. É obrigatório por lei, mas mesmo que se não fosse, por uma questão de princípio, não o devíamos fazer. Tenho tido sempre esse cuidado. -----

----- Obrigado por me dar esta oportunidade não só para explicar à Assembleia Municipal, mas também para me defender nesse aspeto em que fui aqui citada, que isso já tinha acontecido. Efetivamente não aconteceu comigo. -----

----- A outra questão foi contra o projeto e ao envio dos documentos. O Senhor Presidente da Câmara falou que a Vereadora recebeu os documentos, a Vereadora votou, também aí fui citada, ainda por cima sou a única do PSD e o que eu tenho a dizer é o seguinte: -----

----- Não votámos na reunião referida em março o projeto de arquitetura do Largo Porto João Ferreira, o que votámos foi o projeto de execução que estava de acordo com o caderno de encargos. A verdade é que nos foi só enviada a proposta de deliberação, não nos foi enviado qualquer outro documento. -----

----- A documentação não nos é enviada em tempo devido, mas isso é para outra sede. -----

----- Só queria deixar claro, aqui, que os documentos não são enviados. Custa-me ouvir o Senhor Presidente da Câmara invocar as horas a que temos direito, quando eu já tive o cuidado de lhe dizer que nem sempre é fácil solicitar esse tempo junto da entidade patronal para vir fazer a consulta dos documentos. O Senhor Presidente da Câmara não tem nada a ver com isso, é um problema que é meu e não é seu, mas custa-me porque eu já lhe expliquei a situação. O Senhor Presidente da Câmara usa esse argumento, ou seja, como se isso legitimasse o facto de não enviar os documentos a tempo e horas. -----

----- Obrigada. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: É para esclarecer que está no Regimento, no Artigo 21.º - Participação dos Membros da Câmara Municipal - ponto 5 “Os Vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra.” -----

----- É lamentável que o Senhor Presidente da Assembleia para lá de não fazer cumprir este Regimento, nem sequer o conheça. -----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: Senhor Deputado, não houve aqui qualquer ofensa da honra. Mas mesmo que tivesse havido, a Senhora Vereadora deveria ter pedido de imediato a palavra. Este período destina-se à intervenção do público. -----

----- Esteve presente o Senhor Ricardo Ferreira dos Santos, residente no Bairro da Serração, expondo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Afirmou que na última sessão da Assembleia Municipal fez referência à existência de um depósito de materiais poluentes no Bairro da Serração, tendo recebido a solidariedade de todos os Grupos Municipais quanto à resolução do problema. -----

----- Realçou que, posteriormente, por parte da CDU e do PSD o assunto foi apresentado em sede própria na Assembleia da República. Da parte do PS não obteve nenhum apoio. -----

----- Registou com muito agrado a intervenção por parte do Senhor Presidente da Câmara que pôs todos os meios que tinha ao seu alcance, de ordem jurídica ou administrativa, para levar a bom porto a resolução do problema. -----

----- Salientou que num espaço de cerca de três semanas aqueles resíduos poluentes foram retirados do Bairro da Serração. -----

----- Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e aos Grupos Municipais do PSD e da CDU a sua atenção e tudo o que fizeram no sentido de resolver esta situação. -----

----- Deu, ainda, conhecimento de um abaixo-assinado que começou a circular ontem, que já tem cinquenta assinaturas, sendo ele o primeiro signatário. O abaixo-assinado tem a ver com o comportamento de um agente da autoridade que foi colocado no Posto da GNR de Coruche. -----

----- Referiu que quando se encontrava numa oficina a tratar de um problema da sua viatura, foi abordado por um Senhor Agente da GNR que se fez acompanhar de mais dois agentes, tendo sido confrontado com ofensas. Sentiu-se muito humilhado perante esta atitude. Sabe que não foi a primeira vez que este agente utiliza a metodologia da provocação sistemática para conseguir uma reação por parte das pessoas e depois partir para a agressão. -----

----- Deu conhecimento que em sede própria, no Tribunal, irá apresentar uma queixa contra esse agente da GNR, tendo já três testemunhas em como foi agredido e que não reagiu à agressão. -----

----- Referiu que é pela autoridade e tem respeito por todos os agentes da GNR sediados em Coruche. No entanto, tratando-se de indivíduos que não têm aquilo que considera formação moral e ética para andar com uma farda é contra o seu autoritarismo. Tem conhecimento que este Senhor Agente já agrediu quatro pessoas no Posto da GNR de Coruche. -----

----- Salientou que a Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara têm os seus poderes e competências para fazer chegar esta situação a quem de direito. -----

----- Esteve presente o Senhor Francisco Potier Dias, residente em Coruche, questionando o seguinte: -----

----- Qual é o impacto real que vai haver no comércio local com os lugares que se podem perder no Largo Porto João Ferreira. -----

----- Esteve presente o Senhor Jorge Brito e Abreu, residente em Coruche, questionando o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Na sequência da exposição feita pelo Senhor Presidente da Câmara, em que fase é que estão os projetos de requalificação, se já estão em plano de pormenor e se estão sujeitos ou não a financiamento. Solicitou, ainda, um esclarecimento geral sobre a programação que se está a planear. -----

----- Esteve presente o Senhor Rafael José Ferreira Gomes, residente em Vale Mansos, expondo o seguinte: -----

----- Manifestou agrado pela colocação de acrílicos no Estádio Municipal e ainda sobre a conclusão das obras de manutenção da Estrada de Carapuções/Salgueirinha/São Torcato. -----

----- Afirmou que ficou bastante orgulhoso por ter verificado que, em relação à proposta sobre a criação das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, quase houve unanimidade na abordagem deste assunto. Considerou que os políticos não se podem medir em torno de um assunto, ficando provado que isso não é a realidade, são acima de tudo cidadãos, e hoje ficou aqui demonstrado que se tentou fazer o melhor pelos cidadãos do concelho de Coruche. -----

----- Deu conhecimento que a população da Arriça está desagradada e desiludida em relação à manutenção de estradas na Freguesia da Branca, tendo citado a seguinte expressão que ouviu de alguns munícipes “vimos aqui de 15 em 15 dias um tratorzito a fazer umas festas nas estradas”, e que também não sabem se ainda pertencem a Coruche ou se já pertencem ao Montijo, mas que em 2017 saberiam onde pertenciam porque vão ser as autárquicas. Questionou porque é que a Arriça tem ficado um pouco à parte na manutenção de estradas, se é devido a não haver possibilidades de ir ao local ou não haver dinheiro para combustível. -----

----- Referiu que na reunião de Câmara do passado dia 22 de outubro de 2014 foi aprovado, por maioria, a isenção do pagamento de uma taxa urbanística do Grupo Amorim. Tratando-se de uma empresa que passados poucos dias dessa aprovação colocou no site uma distribuição de dividendos por acionistas no valor de cerca de 9 milhões de euros e que, entretanto, já foi possível verificar outra distribuição de dividendos, considerou que 1.250 euros é um valor irrisório para a empresa em causa. Questionou se o Senhor Presidente podia elucidar o porquê de ter sido aprovada esta isenção. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- Relativamente à intervenção da Vereadora Liliana Pinto, não me parece que nesta Assembleia Municipal tenha sido posta em causa a sua honra. Foram citados assuntos em relação às reuniões de Câmara. -----

----- É verdade que os assuntos estão disponíveis para acesso por parte de cada Vereador que o solicite, e podem consultá-los em tempo e em qualquer circunstância. Já aconteceu a Vereadora pedir um ou dois processos para consultar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Em relação à aprovação dos projetos, em qualquer momento temos por hábito a acessibilidade aos processos e aquando da discussão dos mesmos nas reuniões de Câmara faço sempre uma explicação. -----

----- Deixar esta nota, de que não houve qualquer situação que levasse à intervenção por parte da Senhora Vereadora Liliana Pinto. -----

----- Quanto à questão sobre o Largo Porto João Ferreira, acho que o impacto que esta obra tem, quer na envolvente comercial, quer naquilo que são os vários serviços, é nenhum, é zero. A prova é que neste momento está interdito o espaço de estacionamento e todas as atividades que estão na envolvência desta obra continuam a laborar, continuam a trabalhar e as pessoas encontram outras alternativas para estacionamento. -----

----- Queria cumprimentar o Arq.º Brito e Abreu, é com muito agrado que registo as suas presenças assíduas nas reuniões de Câmara e também hoje nesta sessão da Assembleia Municipal. --

----- Os projetos a que fiz referência hoje têm a ver com planos de intervenção e alguns deles só terão a sua intervenção física se conseguirmos no âmbito dos próximos quadros comunitários encontrar pontos de financiamento. Não iremos fazer aquilo que onera os cofres da Câmara, pois alguns projetos têm custos muito elevados o que nos impede fazer esse mesmo investimento sozinhos. Por exemplo, o Edifício dos Paços do Concelho tem uma estimativa orçamental de 2.370 mil euros. É um investimento muito elevado. Também o mesmo relativamente a caminhos pedonais no Centro Histórico, à Praça da Liberdade, ao Jardim 25 de Abril e a outros espaços. Contemos que, tendo em conta todo o plano estratégico de desenvolvimento em termos da reabilitação do espaço público, tenham enquadramento naquilo que são os eixos comunitários, mas poderá haver algumas destas intervenções que não seja possível concretizar, até porque se tem de fazer outras intervenções em termos de infraestruturas nas áreas das freguesias. -----

----- Em relação à situação da Arriça, tenho a certeza que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Branca acompanha estas questões com grande proximidade e, inclusive, neste mandato esta Junta de Freguesia tem tido outras dinâmicas de proximidade às localidades, nomeadamente com dias de atendimento à população, o que facilita, de certa forma, que quem tenha algum problema o possa expor. -----

----- Quanto à isenção do pagamento de licença pelo Grupo Amorim, o Regulamento da Zona Industrial do Monte da Barca prevê-a, naquilo que tem a ver com a ampliação ou construção de infraestruturas que levem à criação de postos de trabalho, como uma estratégia de atrair as empresas. -----

----- Na própria reunião de Câmara, manifestei discordância com o regulamento e mostrei intenção de o alterar no sentido de privilegiar as empresas que se queiram localizar no nosso concelho, mas até um determinado número de funcionários. Não vamos estar a ser tão solidários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

com uma multinacional como seremos com uma pequena e média empresa, ou seja, discriminação pela positiva para as pequenas e médias empresas e em relação a multinacionais deve haver da nossa parte alguma retração porque não estaremos a ser justos.-----

----- Na minha opinião, ainda que o critério do regulamento seja um critério adequado, porque de certa forma é um incentivo à localização das empresas no concelho, tem de ser afinado e redireccionado. -----

----- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, às duas horas e vinte e cinco minutos, do dia vinte e oito de fevereiro do corrente, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Nelson Fernando Nunes Galvão, Primeiro Secretário, subscrevo: -----

O Primeiro Secretário

O Presidente da Assembleia Municipal
